

**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES
CAMPUS DE ERECHIM
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PEDAGOGIA**

CAMILA MICHELE MIECOANSKI FERNANDES

**DESAFIOS DOCENTES NO SÉCULO XXI:
A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA**

**ERECHIM-RS
2022**

CAMILA MICHELE MIECOANSKI FERNANDES

**DESAFIOS DOCENTES NO SÉCULO XXI:
A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA**

**Monografia B apresentada ao Curso de
Pedagogia, Departamento de Ciências
Humanas, da Universidade Regional
Integrada do Alto Uruguai e das
Missões – Campus de Erechim.**

**Orientadora: Prof.^a Dra. Rosane Fátima
Vasques.**

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar os desafios docentes no século XXI olhando para a escola do tempo presente. Para tal investigação, buscamos apresentar e analisar alguns desafios que os professores e estudantes vivenciam cotidianamente e que interferem nos processos de ensino e aprendizagem. Entre os principais desafios do professor estão: a desvalorização docente, o uso das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação e a Inclusão. Já entre os estudantes, temos questões como: a indisciplina, a realidade socioeconômica e familiar e doenças como a depressão e ansiedade. A investigação é de caráter qualitativo, e orienta-se pelo enfoque exploratório, mediante pesquisa bibliográfica. Os meios metodológicos constituem-se em identificação, leitura e fichamento de obras pertinentes à investigação e análise das mesmas. O estudo mostra que a carreira do professor está exigindo muito além do que foi vivenciado em seu curso de formação, logo, a realidade na escola e na sala de aula atual, necessitam que os docentes busquem uma formação continuada, visto que a formação inicial não é suficiente para exercer esta profissão.

Palavras-chave: Ser professor; Desafios da profissão docente; Formação continuada.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
1 A ESCOLA NO SÉCULO XXI E O PAPEL DO PROFESSOR NA FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES.....	6
1.1 A escola contemporânea.....	8
1.2 “O ser professor”	12
2 DESAFIOS NO PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	19
2.1 Desafios ao professor.....	20
2.2 Desafios aos alunos.....	25
3 FORMAÇÃO CONTINUADA: UMA PROPOSIÇÃO NECESSÁRIA.....	30
3.1 Formação inicial e continuada: políticas atuais de formação de professores.....	31
3.2 A importância da formação continuada para uma educação de qualidade.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS.....	46

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os desafios docentes no século XXI e a importância da formação continuada. O processo de ensino aprendizagem vem sendo desafiador para os professores e alunos da Educação Básica, muitos fatores estão interferindo no cotidiano de sala de aula, tais como, a situação socioeconômica dos estudantes, a indisciplina, as dificuldades de aprendizagem, a ausência da família na rotina escolar das crianças, a cultura digital, desvalorização docente, falta infraestrutura, entre outros.

Além disso, nota-se que o papel do professor acabou modificando-se com o tempo e não cabe mais ao professor apenas ensinar os conteúdos exigidos, na realidade escolar irá surgir situações para o docente resolver que não estão nos currículos e planejamentos escolares:

Para além de saber a matéria que leciona, pede-se ao professor que seja facilitador da aprendizagem, pedagogo eficaz, organizador do trabalho em grupo, e que, para além do ensino, cuide do equilíbrio psicológico e afetivo dos alunos, da integração social e da educação sexual, etc.; a tudo isto pode somar-se a atenção dos alunos especiais integrados na turma. (NÓVOA, 1999, p. 100).

Em função disso, este estudo é de grande relevância para mostrar a importância de uma formação continuada, a qual prime pela busca constante de conhecimentos e aprimoramento do docente, para melhor enfrentar os desafios encontrados em suas práticas escolares.

Nesse sentido, a investigação é de caráter qualitativo, orienta-se pelo enfoque exploratório, mediante pesquisa bibliográfica. Os meios metodológicos constituem-se em identificação, leitura e fichamento de obras pertinentes à investigação e análise de documentos.

Segundo Marconi e Lakatos (1992), a pesquisa bibliográfica é o levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. A sua finalidade é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com todo o material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando o cientista na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações. Ela pode ser considerada como o primeiro passo de toda a pesquisa científica.

O papel do professor hoje tomou novas proporções, pois seguidamente assume a responsabilidade sobre seus alunos, visto que com a falta de estrutura presente na grande maioria dos laços familiares dos estudantes, além de ensinar o professor passa a educar. Além do mais, precisa lidar com indisciplina e desrespeito, incluindo todos os alunos de forma igualitária nesse processo educativo.

Ainda, nesse cenário, o professor precisa ficar atento às doenças que vêm se tornando comuns entre os estudantes, como a depressão e ansiedade. Nesses casos, é preciso auxiliar na identificação dos sintomas e encaminhar o estudante para um profissional habilitado que irá fornecer o tratamento necessário.

Além do mais, precisa incluir alunos com déficits ou transtornos de aprendizagem, de modo que consigam desenvolver suas habilidades e competências de acordo com suas necessidades específicas. Dessa maneira, o professor precisa usar novas metodologias para desenvolver suas aulas, pois o método tradicional de ensino não consegue englobar todas essas demandas.

Diante deste contexto, o primeiro capítulo desse estudo irá abordar qual é a função da escola no século XXI e qual é a responsabilidade do professor contemporâneo perante a formação e busca de conhecimento dos estudantes, além do mais, será feito um resgate sobre a importância do “ser professor”.

Em consonância, no segundo capítulo será explanado os desafios que surgem no processo de ensino aprendizagem, visto que a variedade de funções impostas ao professor, a perda de sua identidade e o processo de desvalorização docente vem interferindo em sua prática pedagógica.

Por fim, no terceiro capítulo será discutido sobre a formação continuada, a qual é uma proposição necessária para a educação acontecer de forma igualitária e assídua para todos os alunos. Além disso, serão apresentadas algumas políticas atuais de formação de professores, as quais são necessárias para que se obtenha uma educação de qualidade para todos.

1 A ESCOLA NO SÉCULO XXI E O PAPEL DO PROFESSOR NA FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES

Para iniciar o capítulo faz-se necessário entender “O que é Educação”, pois, sabe-se que ela vai muito além da disseminação do conhecimento teórico das disciplinas, ela também contribui para a formação humana dos alunos e promove a transformação do meio social para o bem comum. Nesse sentido, o autor Brandão (1981) afirma:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela. Para aprender, para ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações. E já que pelo menos por isso sempre achamos que temos alguma coisa a dizer sobre a educação que nos invade a vida, por que não começar a pensar sobre ela com o que uns índios uma vez escreveram? (BRANDÃO, 1981, p.4)

Logo, não existe um modelo único de educação, ela está em diversos lugares, em diferentes sujeitos, em diferentes povos. Ela existe em cada sociedade, ou até mesmo entre povos que se encontram, ou seja, ela permeia diversos mundos sociais. “Da família à comunidade, a educação existe difusa em todos os mundos sociais, entre as incontáveis práticas dos mistérios do aprender [...]” (BRANDÃO, 1981, p.4)

A educação pode existir em todas as sociedades, e em particular, pode ser uma forma de as pessoas criarem juntas, conhecimento, ideias, crenças, princípios e valores:

A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. Formas de educação que produzem e praticam, para que elas reproduzam, entre todos os que ensinam e aprendem, o saber que atravessa as palavras da tribo, os códigos sociais de conduta, as regras do trabalho, os segredos da arte ou da religião, do artesanato ou da tecnologia que qualquer povo precisa para reinventar, todos os dias, a vida do grupo e a de cada um de seus sujeitos, através de trocas sem fim com a natureza e entre os homens, trocas que existem dentro do mundo social onde a própria educação habita, e desde onde ajuda a explicar — às vezes a ocultar, às vezes a inculcar — de geração em geração, a necessidade da existência de sua ordem. (BRANDÃO, 1981, p.4)

Nesse sentido, até onde não tem escolas, de certo modo a educação se faz presente, pois onde a sombra de algum modelo formal de educação ainda não se formou, há redes e estruturas sociais que podem passar o conhecimento de uma geração para outra:

Porque a educação aprende com o homem a continuar o trabalho da vida. A vida que transporta de uma espécie para a outra, dentro da história da natureza, e de uma geração a outra de viventes, dentro da história da espécie, os princípios através dos quais a própria vida aprende e ensina a sobreviver e a evoluir em cada tipo de ser. (BRANDÃO, 1981, p. 6)

Ademais, conforme Brandão (1981), a educação é uma fração da experiência endoculturativa. Ela aparece sempre que há relações entre pessoas e intenções de ensinar-e-aprender. Intenções, por exemplo, de aos poucos "modelar" a criança, para conduzi-la a ser o "modelo" social. "Ajudar a crescer, orientar a maturação, transformar em tornar capaz, trabalhar sobre domar, polir, criar, como um sujeito social, a obra, de que o homem natural é a matéria-prima." (BRANDÃO, 1981, p. 10)

Assim, o ideal da educação é reproduzir uma ordem social idealmente concebida como perfeita e necessária. Assim, conforme Brandão (1981) descreve, a educação que inicialmente era apenas não formal e informal, estando em todo lugar, vai evoluindo até chegar o surgimento da escola, trazendo uma terceira forma: a educação formal, escolarizada, organizada, com métodos, com professores, com salas de aula, com uma Pedagogia.

Nessa esteira, sendo a educação formalizada, ela passa ser oferecida pelo Estado, e em cada momento histórico, cada sociedade passa a ter a educação que é proposta por seu este, conforme seu projeto social em vigor.

Então, podemos dizer que a educação está em todo lugar, podendo ser formal, não formal e informal, está sempre ajudando a formar tipos de sociedades. Ela é uma prática social, que age de acordo com as necessidades sociais, para formar sujeitos. Ela tem como foco o "desenvolvimento do que na pessoa humana pode ser aprendido entre os tipos de saber existentes em uma cultura, para a formação de tipos de sujeitos, de acordo com as necessidades e exigências de sua sociedade, em um momento da história de seu próprio desenvolvimento." (BRANDÃO, 1981, p.33).

A educação é um dos principais meios de se obter uma mudança social ou, pelo menos, uma das maneiras de adaptação das pessoas a um mundo de evolução constante, que está se desenvolvendo e inovando a todo momento:

Este modo de imaginar tende a ser dominante atualmente. Mas ele não fazia sentido para gregos e romanos e nem mesmo para os portugueses e missionários que tentaram educar nossos antepassados durante a Colônia. A ideia de que a educação não serve apenas à sociedade, ou à pessoa na sociedade, mas à mudança social e à formação consequente de sujeitos e agentes na/da mudança social, pode não estar escrita de maneira direta nas "leis do ensino". Afinal, as leis quase sempre são escritas por quem pensa que nem elas nem o mundo vão mudar um dia. (BRANDÃO, 1981, p.35)

Portanto, a educação é hoje considerada como um fator de mudanças, um dos principais instrumentos utilizados pelo Estado para intervir na realidade social e garantir a evolução econômica e social, adaptando os sujeitos a uma sociedade capitalista e um mundo em constante mudança.

Nesse sentido, as seções a seguir buscam trazer qual é o papel da escola contemporânea e alguns de seus desafios atuais, e quem é o professor, qual o seu papel perante a sociedade e qual sua função como mediador e facilitador de conhecimento.

1.1 A escola contemporânea

Conforme o autor Young (2007) todo pai e todo professor devem fazer a pergunta: "Para que servem as escolas?". Ainda, conforme o autor, "a família e a escola não são as únicas instituições com propósitos que se deve questionar, mas são um caso especial." (YOUNG, 2007, p.1288)

Ainda, segundo (Young, 2007, p. 1288) "as famílias, como tal, têm um papel único, que é o de reproduzir sociedades humanas e fornecer condições que possibilitem suas inovações e mudanças." Já quanto "às escolas, sem elas, cada geração teria que começar do zero ou, como as sociedades que existiram antes das escolas, permanecer praticamente inalterada durante séculos." (YOUNG, 2007, p. 1288). Então, para que servem as escolas?

Por várias razões diferentes, a questão do conhecimento e o papel das escolas na sua aquisição têm sido negligenciados tanto por aqueles que

tomam decisões no campo político, quanto pelos pesquisadores educacionais, especialmente os sociólogos da educação. Para os primeiros, uma ênfase na aquisição do conhecimento diverge dos propósitos mais instrumentais que têm cada vez mais apoio dos governos. Para muitos pesquisadores educacionais, uma ênfase no conhecimento mascara o ponto até o qual os detentores do poder definem o que conta como conhecimento. (YOUNG, 2007, p. 1288-1289).

Ou seja, para os políticos o papel principal da escola deveria ser o de instrumentalizar os sujeitos com foco no desenvolvimento econômico dos países. E boa parte dos pesquisadores educacionais fazem crítica as escolas, mas não propõe alternativas para melhorá-la.

Outro problema na educação segundo Young (2007), foi transforma-la em um mercado, no qual as escolas são obrigadas a competir por alunos e fundos. Isso o autor chama de não *diferenciação da escolaridade*:

As escolas são tratadas como um tipo de agência de entregas, que deve se concentrar em resultados e prestar pouca atenção ao processo ou ao conteúdo do que é entregue. Como resultado, os propósitos da escolaridade são definidos em termos cada vez mais instrumentais, como um meio para outros fins. Com as escolas sendo controladas por metas, tarefas e tabelas comparativas de desempenho, não é de se espantar que os alunos fiquem entediados e os professores sintam-se desgastados e apáticos. (YOUNG, 2007, p. 1291).

Por conseguinte, o autor enfatiza que um dos legados de debates sobre a educação, assegurou dois conceitos contrastantes que embasam as políticas governamentais atuais:

Um deles pode ser chamado de “educação como resultado”. Nessa abordagem, à política educacional, o ensino e o aprendizado são dominados pela definição, avaliação e aquisição de metas e a preparação dos alunos para provas e exames. Mais sutilmente, há uma ideia bem diferente de educação que ainda encontra expressão na ideia de listas de conteúdo das disciplinas. É a ideia de que o objetivo primordial da educação é a mera transmissão de conhecimento em diferentes áreas específicas. (YOUNG, 2007, p. 1293).

Além do mais, Young (2007) afirma ainda, que é função da escola repassar o conhecimento, nesse sentido qual conhecimento fica a cargo da escola transmitir, qual conhecimento é mais pertinente? De certo modo um conhecimento é mais valioso que outro?

A ideia de que a escola é primordialmente um agente de transmissão cultural ou de conhecimento traz à tona a pergunta “Que conhecimento?” e, em particular, questiona que tipo de conhecimento é responsabilidade da escola transmitir. Sendo aceito que as escolas têm esse papel, fica implícito que os

tipos de conhecimento são diferenciados. Em outras palavras, para fins educacionais, alguns tipos de conhecimento são mais valiosos que outros, e as diferenças formam a base para a diferenciação entre conhecimento curricular ou escolar e conhecimento não-escolar. Existe algo no conhecimento escolar ou curricular que possibilita a aquisição de alguns tipos de conhecimento. Portanto, minha resposta à pergunta “Para que servem as escolas?” é que elas capacitam ou podem capacitar jovens a adquirir o conhecimento que, para a maioria deles, não pode ser adquirido em casa ou em sua comunidade, e para adultos, em seus locais de trabalho. (YOUNG, 2007, p. 1293-1294).

Em suma, ao usar a palavra “conhecimento” em termos gerais, Young considera útil fazer uma distinção entre duas ideias: “conhecimento dos poderosos” e “conhecimento poderoso”:

O “conhecimento dos poderosos” é definido por quem detém o conhecimento. Historicamente e mesmo hoje em dia, quando pensamos na distribuição do acesso à universidade, aqueles com maior poder na sociedade são os que têm acesso a certos tipos de conhecimento; é a esse que eu chamo de “conhecimento dos poderosos”. É compreensível que muitos críticos sociais do conhecimento escolar equiparem o conhecimento escolar e o currículo ao “conhecimento dos poderosos”. (YOUNG, 2007, p.1294)

Já o “conhecimento poderoso”, conforme Young (2007, p. 1294), refere-se, “ao que o conhecimento pode fazer, como, por exemplo, fornecer explicações confiáveis ou novas formas de se pensar a respeito do mundo.”. Além disso, “[...] é isso que os pais esperam, mesmo que às vezes inconscientemente, ao fazerem sacrifícios para manter seus filhos na escola. Esperam que eles adquiram o conhecimento poderoso, que não é disponível em casa.” (YOUNG, 2007, p. 1294). Ou seja, é o conhecimento que é específico da escola, o conhecimento escolar, aquele que não é encontrado em casa ou no lugar de trabalho.

Além do mais, o autor Young (2007), faz-nos refletir que não deve haver diferenças na forma de ensinar entre um conhecimento ou outro, ambos devem ser explorados de acordo com seu domínio:

As questões educacionais sobre o conhecimento se referem a como o conhecimento escolar é e deve ser diferente do não-escolar, assim como a base em que é feita essa diferenciação. Embora as questões filosóficas estejam envolvidas, as diferenças entre o conhecimento escolar e o não-escolar levam a questões primordialmente sociológicas e pedagógicas. A escolaridade envolve o fornecimento de acesso ao conhecimento especializado incluído em diferentes domínios. (YOUNG, 2007, p. 1295).

Nesse sentido, o conhecimento escolar deve ser o enfoque principal do currículo e os planejamentos sobre o currículo devem englobar:

- (a) as diferenças entre formas de conhecimento especializado e as relações entre elas;
- (b) como esse conhecimento especializado difere do conhecimento que as pessoas adquirem no seu cotidiano;
- (c) como o conhecimento especializado e o cotidiano se relacionam entre si e
- (d) como o conhecimento especializado é tratado em termos pedagógicos. Em outras palavras, como ele é organizado ao longo do tempo, selecionado e sequenciado para diferentes grupos de alunos. (YOUNG, 2007, p.1295-1296)

Portanto, essa diferenciação que o autor se propõe refere-se, as diferenças entre o conhecimento escolar, aquele que é específico da escola e o conhecimento do cotidiano, aquele que está posto fora da escola.

Diante ao que foi exposto, é visto que a escola contemporânea tem passado por mudanças significativas, assim, essas mudanças alteram também o papel do professor, levando à novas proporções. Dentre essas, o professor parece assumir o papel que seria da família dos estudantes. Nesse contexto, Santos (2010, apud DIESEL et al, 2016, p.6) afirma em seus estudos que, “o afastamento das famílias da escola ou a participação dos pais na vida escolar dos filhos e nos assuntos escolares, que podem contribuir para o fracasso ou sucesso da aprendizagem dos alunos”.

Ainda, a realidade de muitas crianças hoje em dia é atravessada por questões como o tráfico de drogas, a violência doméstica, diferentes formas de abuso (sexual, psicológica, física), que estão presentes nos lares dos estudantes, uma realidade brutal, onde geralmente o refúgio desse aluno é a escola, é o ombro amigo do professor:

O bom professor não é só aquele que domina o conteúdo, mas o que escolhe formas adequadas de apresentar a matéria. Para tanto, precisa dominar técnicas e estratégias para levar o conteúdo de forma significativa ao seu aluno. Esse aspecto constitui ainda um desafio a ser superado por muitos docentes (DIESEL et al. 2016, p. 103).

Por conseguinte, outro desafio para a escola na contemporaneidade é a rebeldia e a indisciplina por grande parte dos alunos. O professor precisa estar a todo momento buscando métodos para conseguir chamar a atenção dos estudantes e poder seguir com o planejamento das aulas:

Alguns professores, pouco preparados para lidar com situações de indisciplina, tentam dar o melhor de si, para formar sujeitos que possam contribuir no contexto atual. E, em aulas basicamente expositivas, posicionam-se diante dos alunos, apresentando-lhes verdades indiscutíveis (RAMOS DO Ó; COSTA, 2007).

Diante dessa situação, mais uma problemática surge para o professor, que são os transtornos de aprendizagem que estão cada vez mais presentes nos diferentes níveis de ensino. Nesse cenário temos as crianças com déficit de atenção, autismo, dislexia, hiperatividade, entre outros distúrbios encontrados no cotidiano escolar do professor, o qual precisa estar buscando se reinventando e pesquisando novas maneiras de ensino para poder estar promovendo uma aprendizagem significativa para todos de maneira igualitária.

Por isso, na seção a seguir fazemos um resgate sobre o “ser professor”, qual seu papel perante essa sociedade movida pelas evoluções constantes e globalização acelerada, e ainda, como construir sua identidade e novo profissionalismo perante essa situação, visto que é o grande responsável pela mediação na busca e disseminação do conhecimento.

1.2 O “ser professor”

A sociedade está em constante evolução, diante esse cenário é preciso que a escola e os demais profissionais da educação estejam acompanhando essas mudanças para que a escola se torne um meio desenvolvimento constante:

A educação está presente em todas as sociedades e passa por diversas mudanças ao longo do tempo. A sociedade, de uma forma ou de outra, se educa – e a educação molda o homem e, a depender da finalidade dela na sociedade, pode ser utilizada como forma de dominação ou de libertação. É necessário que haja educação para que a sociedade se desenvolva, tenha cidadãos críticos. A evolução da educação está intrinsecamente ligada à evolução da sociedade. (SOUZA, 2018, apud CARVALHO, 2019, p.1)

A educação vai muito além da transmissão do conhecimento, a cima de tudo o professor, busca formar cidadãos críticos e com princípios éticos, visto que isso é o básico para viver em sociedade:

A área da educação, por qualquer ângulo que se veja, é sempre crítica. Crítica no sentido de quem julga ou examina um assunto com acuidade, distinguindo e analisando os componentes desse assunto. O papel do educador para a

educação é fundamental, a escola é o espaço onde acontece a intervenção pedagógica, e a troca de conhecimentos, onde educador e alunos aprendem juntos. O comprometimento do professor é de suma importância, mas, sabemos que ainda se encontram muitas barreiras no caminho educacional. (CURY, 2010 apud CARVALHO, 2019, p.2).

Esse processo educativo não está ligado somente ao ambiente escolar. A educação começa em casa, na família dos estudantes, no entanto como esse pilar encontra-se desestruturado na maioria das vezes, a escola precisa de melhorias para poder contribuir com todo esse suporte:

A educação como um todo é muito mais que apenas o ambiente escolar, mas, ainda assim, esse ambiente é muito importante, precisa de investimentos, e dedicação de quem faz parte dele, o que está diretamente ligado a qualidade do ensino. Sabendo que os estudantes precisam estar no centro das discussões sobre a transformação e melhoria do setor educacional, pois é para eles e elas que o ensino deve ser pensado (CALDART, 2010 apud CARVALHO, 2019, p.2).

Em função disso, ser professor implica a paixão no sentido de entrega, de sentimento de amor intenso e não no de humilhação e sofrimento, pois o mundo da criança e do aluno “é um mundo de pessoas e não um reino de fatos e leis. A tônica não é a verdade, no sentido da conformidade aos fatos externos, mas o afeto e a simpatia”. (DEWEY, 2003, p. 158).

Todo mundo tem um professor que marcou sua vida, que o ajudou em um momento decisivo, que o inspirou, que o ensinou o que ninguém mais ensinou e permitiu que fosse realizado seus sonhos. Conforme Gadotti (2011, p. 13-14):

A boniteza de ser professor é que, dependendo da educação que realizamos podemos contribuir para transformar o mundo “malvado” e “feio” num mundo mais justo, solidário e sustentável, em que, por exemplo, borboletas azuis deixem de ser raras porque homens e mulheres, quando crianças, como Henrique, Carlos e Fábio, tendo seus direitos garantidos, puderam frequentar as salas de aula, onde aprenderam a contemplar a paisagem da sua cidade coberta de pedacinhos cintilantes se movendo de um lado para o outro e, junto com a professora, entenderam que eles, tanto quanto as belas borboletas azuis, compartilham a mesma morada e, nela, possuem o inalienável direito do bem-viver.

Além disso, quando um professor está há muito tempo no magistério, suas atividades passam a ter traços de sua identidade, de sua presença e da experiência adquirida em seu trabalho:

Se uma pessoa ensina durante trinta anos, ela não faz simplesmente alguma coisa, ela faz também alguma coisa de si mesma: sua identidade carrega as

marcas de sua própria atividade, e uma boa parte de sua existência é caracterizada por sua atuação profissional. Em suma, com o passar do tempo, ela vai se tornando aos poucos seus próprios olhos e aos olhos dos outros, um professor, com sua cultura, suas ideias, suas funções e seus interesses. (TARDIF, 2005, p.56)

Atualmente, o papel dos educadores tornou-se mais desafiador, conforme Cunha (2009, p. 1), “com o processo de globalização, o professor precisa estar constantemente atualizado para viver em sociedade e obter/transmitir conhecimento aos seus alunos”.

Além do mais, os perfis dos alunos também mudaram, porque eles podem acessar rapidamente novas informações e acessar novas ferramentas tecnológicas. Diante disso, Silveira (2013, p. 8) indaga que, “para o desenvolvimento de uma prática pedagógica, o professor precisa empreender um trabalho comprometido com uma nova realidade tecnológica”. Apropriando-se assim, “das novas tecnologias e criando novas metodologias de ensino que tenham como ponto de partida o contexto da instituição de ensino e características do aluno” (SILVEIRA, 2013, p.8)

Na construção de um novo profissionalismo através de uma autocrítica de aprendizagem, os professores são os catalisadores da sociedade do conhecimento, tornando-se vital que “se envolvam em conjunto na ação, no questionamento e na resolução de problemas, em equipes colegiais ou em comunidades de aprendizagem profissional”. (HARGREAVES, 2004, p. 48).

Em suma, é necessário saber sobre a realidade social ao qual os alunos estão inseridos, visto que o conteúdo a ser ensinado precisa ser significativo, de acordo com as atividades diárias executadas por eles:

Procurar trazer em cada conteúdo a ser trabalhado, uma forma mais concreta, mostrando exemplos vivenciados no cotidiano dos educandos, para depois introduzir a teoria de cada assunto, acreditando que a aprendizagem significativa ocorre, quando os alunos conseguem manipular ou visualizar um determinado assunto para depois transpor essas ideias de experimentação para teorização. Pensamos que essas “experimentações” são um processo que permite ao aluno a participação nas descobertas podendo socializar com os colegas, além de facilitar que encontre estratégias e alternativas constatando o que é certo ou errado em cada conteúdo analisado. (ROSA et al 2014, p.2)

Nesse sentido, o autor Perrenoud (2000, p. 5) ressalta que “é necessário que os professores busquem competências técnicas profissionais que possam mudar seus conceitos para atender às necessidades educacionais deste século”. Isso inclui as habilidades básicas pelas quais os educadores são responsáveis:

1. Organizar e animar situações de aprendizagem;
2. Gerir a progressão das aprendizagens: conceber e gerir situações-problema ajustadas aos níveis e possibilidades dos alunos;
3. Conceber e fazer evoluir dispositivos de diferenciação: gerir a heterogeneidade dentro de uma classe;
4. Implicar os alunos em sua aprendizagem e em seu trabalho: suscitar o desejo de aprender, explicitar a relação com os conhecimentos, o sentido do trabalho escolar e desenvolver a capacidade de autoavaliação na criança;
5. Trabalhar em equipe: elaborar um projeto de equipe, representações comuns;
6. Participar da gestão da escola: elaborar, negociar um projeto da escola;
7. Informar e implicar os pais: animar reuniões de informação e de debate;
8. Utilizar tecnologias novas: utilizar softwares de edição de documentos.
9. Enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão;
10. Gerir sua própria formação contínua. (PERRENOUD, 2000, p. 5)

Ou seja, o professor precisa estar criando maneiras lúdicas de aprendizagem, assegurando suprir os déficits e dificuldades de cada aluno, visto que, cada um tem seu tempo de aprender. Além do mais, incitar seus educandos a buscar o conhecimento e tomar gosto por isso. Procurar desenvolver o respeito perante aos professores, colegas e funcionários da escola, para que se torne um cidadão com princípios e valores.

Por conseguinte, o professor precisa estar dialogando e planejando com os demais responsáveis pela escola, diretores/coordenadores, a respeito do Projeto Político e Pedagógico, que deve ser atual e conciso com a realidade escolar. Ademais, é preciso estar planejando semanalmente as aulas, pois, nem sempre se alcança o que se espera a curto prazo.

É necessário que o docente utilize das novas tecnológicas de informação e comunicação para o aprimoramento e bom desenvolvimento de suas aulas, pois elas estão cada vez mais presentes na vida dos alunos e, é uma ferramenta que deve ser abordada no âmbito escolar. Nesse sentido, os autores Coutinho e Vilalba (2013, p.8) enfatizam que:

Para os professores conseguir desempenhar a tarefa de ensinar com compromisso e qualidade, é necessário que o professor reúna um conjunto de saberes e competências que lhe permitam a construção de um ensino de qualidade. Os saberes do professor são construídos ao longo de toda uma carreira e vida do professor, razão que justifica que não sejam contemporâneos uns dos outros, uma vez que se vão adquirindo ao longo do tempo. São assim saberes temporais, em que cuja construção intervêm dimensões identitárias, de socialização profissional, fases e mudanças, que

se constituem num conjunto de conhecimentos, competências, habilidades e atitudes.

Para que isso possa ser concretizado, a escola e os professores da instituição devem estar buscando trazer as famílias dos educandos para dentro do ambiente escolar, visto que, é notável que a parceria e envolvimento da família na vida escolar dos mesmos, só tendem a trazer benefícios para os estudantes.

Assim sendo, o professor deve atuar diante seus princípios éticos e os dilemas que tingem sua profissão docente, buscar se aperfeiçoar e buscar uma formação continuada, pois com as mudanças que ocorrem na sociedade todos os dias, é inadmissível que a escola e os educadores não busquem evoluir.

E ainda para ser considerado como um profissional competente, o professor precisa estar desenvolvendo ações com todo o conhecimento e valores adquiridos durante sua formação para que se obtenha um desempenho eficiente em sua carreira docente:

Para que este seja um profissional competente, cabe ao professor ainda a capacidade de articular, mobilizar e colocar em ação os conhecimentos adquiridos, as habilidades e os valores necessários pautados nos pilares da educação para que obtenha um desempenho eficiente e eficaz das atividades que a natureza do seu trabalho requer. São estas competências e o desenvolvimento pessoal que no decurso da formação devem ser estimulados numa perspectiva crítico-reflexiva que o levará o professor a compreender as suas responsabilidades. (COUTINHO E VILALBA, 2013, p.10).

Nesse sentido, o ensino e a formação de educadores devem dar atenção especial a novos métodos de ensino e aprendizagem, pois o contexto atual exige profissionais cada vez mais capacitados e preparados para atuarem com as demandas que surgem, como enfatiza Silveira (2013):

A formação pedagógica do educador do século XXI deve estar voltada especialmente para as disciplinas de fundamentação, tais como a filosofia e a psicologia da educação, mas sobretudo estar aberto a novas metodologias de ensino aprendizagem, notadamente apontadas ao domínio de competências e habilidades profissionais que possibilite ao professor um pleno domínio sobre sua área de atuação (SILVEIRA, 2013, p. 9).

Além do mais, para exercer a profissão docente com capacidade e profissionalismo, o professor precisa ter algumas características bem desenvolvidas, pois sua carreira exigirá isso e até mais na realidade de sala de aula. Entre as características que os professores devem ter, conforme Silveira (2013, p. 9), estão o “conhecimento, a capacidade de estudo e o domínio dos saberes ensinados, o que

eles veem não é apenas uma lista de conteúdo, mas a possibilidade de orientar os alunos para utilizá-los corretamente e aplicá-los no dia a dia.”

Ainda, o professor do século XXI deve “possuir características que compreendem o conhecimento, as técnicas de aprendizagem e o domínio sobre o conhecimento ministrado, vendo muito além de uma mera lista de conteúdo, mas um caminho de possibilidades”, que conduza os alunos a uma correta apropriação do mesmo e sua aplicação a situações práticas do cotidiano. (SILVEIRA, 2013, p. 9).

As instituições de ensino responsáveis pela formação de professores desejam mudar de escola. Desde a formação e a preparação, visam para uma escola moderna que não existe atualmente:

Uma escola onde os programas correspondem às necessidades de cada aluno e são flexíveis no tempo, os métodos modernos de ensino são fáceis de aplicar e só têm vantagens, as instalações são adequadas, existem à nossa disposição todos os materiais necessários. No entanto, esta escola não existe e por isso seria melhor que nos formassem e preparassem para a escola real, onde as condições mínimas para atuarmos nem sempre estão reunidas, assim como a coerência entre fins e meios também não (PERRENOUD, 1993, p. 28).

Assim, devido às dificuldades cotidianas, os professores só podem concluir no máximo um quarto ou metade do conteúdo proposto, “por falta de tempo, de forças, de competências teóricas ou didáticas precisas e, sobretudo, pela dificuldade de orquestrar em tempo real tudo o que seria necessário fazer.” (PERRENOUD, 1993, p. 196).

Condições de trabalho instáveis nas instituições de ensino têm tornado professores cada vez mais frustrado na realização das atividades, esta categoria tem se desvalorizado em diversas situações, nesse sentido o autor Barbosa (2011) afirma que:

O atual cenário social e tecnológico, cada vez mais dinâmico e moderno, exige maior atualização profissional; somado à baixa remuneração que obriga ao exercício de duplas ou triplas exaustivas jornadas de trabalho, ao baixo incentivo governamental e às condições de trabalho precárias na maioria das instituições nacionais de ensino, torna o professor cada vez mais desestimulado no exercício de suas atividades, com desvalorização da categoria por várias instâncias distintas. (BARBOSA, 2011 apud SOUZA et al 2017, p.2)

Em função disso, as situações apresentadas nesse capítulo acabam causando insatisfação e falta de motivação por parte dos professores para seguir com a docência e além disso, ocasionam a falta de interesse aos futuros acadêmicos que pretendem lecionar. Além do mais, os cursos de formação de professores estão em decadência pela falta de acadêmicos, interessados na área da educação. Esse cenário é preocupante para essa e futuras gerações, pois certamente não terá professores suficientes em exercício, e o cenário educacional continuará em estado precário.

Ou diante disto, o que poderá acontecer, e que em alguns lugares já ocorre, é profissionais de outras áreas do conhecimento assumindo a responsabilidade de conduzir uma turma e tentar fazer com que os estudantes tenham um bom desempenho. No entanto, é notável que não será o mesmo trabalho que seria com um professor devidamente formado e capacitado para atuar na sua área de formação.

Nesse cenário, no capítulo a seguir será abordado os desafios que surgem no processo de ensino aprendizagem, bem como, de que maneira eles prejudicam o andamento das aulas, visto que, os alunos também passam por momentos difíceis no espaço escolar e familiar.

2 DESAFIOS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A educação faz parte da humanidade, pois a mesma tende a educar e moldar os seres humanos, de modo que se tornem o melhor de si e desenvolvam da melhor forma as suas potencialidades:

Educação e humanização são termos indicotomizáveis, pois educar, em síntese, objetiva formar e “trans-formar” seres humanos, valorizando processos de mudança dos sujeitos, atualizando suas potencialidades, tornando-os humanos. Ademais, concebemos o ato pedagógico como um ato de educar; e o trabalho do educador efetiva-se com e entre seres humanos. E, nesse sentido, compreendemos que uma educação autêntica promove a dignidade das pessoas, esperançosa de que vivam humanamente, isto é, que sejam capazes de fazerem-se, construírem-se, inventarem-se, desenvolverem-se, pois não nascemos prontos, acabados, satisfeitos. E essa condição, do homem e da mulher de nascerem não feitos, exige que, ambos, aprendam a ser gente, a constituírem-se humanos. (ECCO E NOGARO, 2015, p.3526)

Ou seja, ser educador refere-se ao sentido de entrega, de transformação e inovação, colocando o aluno no centro da esfera, buscando o desenvolvimento e a construção de saberes para a construção do sujeito, de sua identidade e independência perante a sociedade.

Cada professor tem “seu jeitinho” sua forma de ensinar, seus princípios e seus valores, que servirão de base para o planejamento das aulas. No entanto, é indiscutível que é preciso conhecer seus alunos, bem como saber como irá realizar sua prática perante a realidade vivida por eles:

Cada profissional tem sua preferência em relação à forma de trabalhar. Assim como acredita em certos modismos, é fato também que pode discordar integralmente de outros. Uma coisa, porém, é inegável: para decidir se gosta ou não, se concorda ou discorda, a condição básica é conhecê-los e a seus fundamentos teóricos bem como a sua forma de operacionalização. (ZAGURY, 2006, p.171).

Nesse sentido, a seguir será abordado os desafios cotidianos do professor da escola contemporânea, que além de lidar e encontrar meios de resolve-los, ainda precisa suprir os desafios dos estudantes que também passam por carências e dificuldades que necessitam de um olhar especial.

2.1 Desafios ao professor

Ser professor nunca foi tarefa fácil, no entanto no contexto vivenciado hoje, é visto que a educação se tornou mais complexa e para que o ensino se torne eficiente, os docentes precisam desempenhar diferentes funções em sala de aula, de modo que os desafios sejam solucionados:

É possível classificar a profissão de professor como uma profissão complexa, caracterizada pela incerteza e pela ambiguidade das funções. Diante das implicações, dos desafios e conflitos que permeiam a função docente, e perante a complexidade da educação no contexto da sociedade contemporânea, globalizada, multiculturalista, imersa numa realidade complexa, requer do professor ações e conhecimento polivalente. (MORIN 2001 apud COUTINHO E VILALBA 2013, p.3-4).

Além do mais, com tantos desafios para rebater e solucionar, os profissionais da educação, sofrem ainda com a desvalorização docente e o processo de perda de identidade e autonomia, que acabam atingindo diretamente a sua carreira perante a sociedade:

Um dos entraves que o professor enfrenta na contemporaneidade é a descaracterização e desprofissionalização do professor. E ele enfatiza a redução dos mestres à ensinantes. Para este autor, é fundamental um redimensionamento do ofício do professor e de sua identidade e esta nova identidade tende a ser afirmada frente à nova descaracterização da escola e da ação educativa. Esse aspecto fatalmente repercute na identidade profissional, podendo ser fator de crise. (ARROYO, 2000 apud COUTINHO E VILALBA, 2013, p.7)

A falta de remuneração, condições de trabalho precárias e a desvalorização dos professores perante a sociedade vem acarretando a perda de identidade e profissionalismo dos mesmos, visto que a carreira do professor está sendo desrespeitada, por indivíduos que acreditam saber mais sobre educação do que o docente.

Nota-se que, grande parte dessa desvalorização docente ocorre porque profissionais de outras áreas do conhecimento acreditam ter base e competência para debater sobre a educação. Isso é inaceitável, visto que, quem está presente na sala de aula e é o único que vivencia o que realmente acontece na escola e no processo educativo é o professor:

Antes de qualquer decisão acerca da educação, é preciso ouvir o professor. É ele que acompanha o aluno, medeia o conhecimento, faz parte do processo pedagógico efetivamente. É ele que enfrenta as dificuldades de aprendizagem do aluno, as carências afetivas destes, e principalmente sabe como adequar os conhecimentos prévios dos educandos aos conteúdos curriculares da escola. Nesse sentido, o professor precisa também sentir-se motivado a caminhar frente às exigências da sociedade. Apoiá-lo nas decisões do que é melhor para o aluno e escutá-lo por sua vez, porque é com ele que o aluno passa o tempo em que está na escola. (OLIVEIRA, 2014, p. 6).

Frente a esses desafios essa profissão não chama a atenção de novos profissionais e os professores existentes geralmente encontram-se desanimados por causa da remuneração e a desvalorização, buscando, muitas vezes, outros caminhos em sua vida profissional. “Além dos baixos salários contribuírem para não atrair profissionais mais qualificados para a docência, há a dificuldade para reter aqueles que optam por esse caminho.” (BARBOSA, 2011, p. 152). Assim, conforme destaca Barbosa (2011, p. 152) “muitos trabalhadores docentes não permanecem na carreira, abandonando a profissão por outras carreiras que sejam melhor remunerados e valorizados”. Ou ainda, eles “deixam a sala de aula para atuar em outros cargos do sistema de ensino, como a coordenação pedagógica, a direção e a supervisão escolar, também melhor remunerados que a docência [...]” (BARBOSA, 2011, p. 152).

Diante disso, observa-se que estas são questões complexas e que demandam tempo para serem resolvidas, por isso, no parâmetro de políticas públicas, é necessário meios de obtenção de profissionais capacitados e empenhados com a docência, nesse sentido, o autor Cericato (2016, p.285) destaca que, “é preciso propor ações efetivas que articulem a formação inicial, a valorização da carreira, as condições de trabalho e a remuneração. Estamos diante de complexas questões e seria ingenuidade pensar que possam ser resolvidas facilmente.” E ainda assim, “é necessário que sejam consideradas no contexto de políticas educacionais que contribuam para a atratividade e retenção de bons profissionais para a docência”. (CERICATO, 2016, p.285).

Outra dificuldade encontrada pelo professor, ainda é a inclusão de alunos com diferentes origens e vivências em sala de aula. Perante essa realidade o docente precisa moldar novas estratégias para que seja feita a integração de tais identidades:

Observa-se que programas e políticas acabam por esbarrar em dificuldades que incluem insatisfação de professores, baixos salários e conflitos culturais, com a presença de sujeitos com culturas plurais, incluindo, por exemplo,

imigrantes, culturas estas, muitas vezes, dissonantes do currículo oficial e percepções negativas a eles associadas, prejudicando o clima escolar. Ainda que planos para a integração destas identidades marginalizadas possam ocorrer em países europeus e no Brasil, existe a relevância do preparo e da motivação dos atores escolares como aspectos centrais para fazer face à violência escolar, para além das ações propostas e empreendidas por essas políticas. (IVENICKI, 2019, p.4).

Nesse cenário, é visto que a escola precisa inserir diferentes culturas e etnias na sala de aula e o professor precisa estar buscando meios pedagógicos para que todas essas dimensões sejam englobadas em sua práxis, para que nenhuma classe se sinta obstruída. Oportunizar momentos de integração para que todos se sintam incluídos e pertencentes ao lugar, buscando com que todos tenham as mesmas oportunidades e condições para chegar ao melhor rendimento.

Além disso, com o passar dos anos os alunos se tornaram cada vez mais rebeldes e a indisciplina se faz muito presente nas salas de aula. Diante essa situação, os professores precisaram buscar novas estratégias para que isto não interfira na qualidade do ensino:

Em termos históricos, para além da reconstrução documental de uma perspectiva de educação datada, com castigos corporais e outras práticas violentas, é necessário reconhecer que a expansão do acesso à escola pública promoveu a presença de classes populares, o convívio de diferentes culturas e a compreensão da escola como lócus de cruzamento dessas culturas, com suas contradições, conflitos e potenciais. Nesta perspectiva, como contraponto a punições físicas para a manutenção da disciplina escolar, fica a necessidade de organização de trabalho coletivo para a construção do conhecimento, com a presença de conselhos, espaços de negociação e renegociação de regras e o protagonismo de docentes para o combate à indisciplina, por intermédio do diálogo, de modo a criar um etos efetivamente multicultural. (IVENICKI, 2019, p.4-5)

Nesse sentido, é importante ressaltar que a escola além do papel de ensinar, recebeu o papel de educar também, diante disso, o professor precisa dar conta de ensinar os conteúdos exigidos pelo sistema escolar, a exemplo da Base Nacional Comum Curricular, e ainda educar crianças que chegam na escola, sem valores, vítimas da violência da sociedade e com famílias desestruturadas que não conseguem estar realizando esse papel em casa. Essa situação acaba gerando um desgaste enorme ao professor que precisa para suas aulas, para resolver conflitos de mal comportamento e falta de educação.

Por isso, é importante estar abordando direitos e deveres em sala de aula, de modo que os alunos entendam que eles também têm responsabilidades, perante o educador e demais colegas da turma, os quais acabam se prejudicando com tais atitudes:

Os conflitos em sala de aula caracterizam-se pelo descumprimento de ordens e pela falta de limites como, por exemplo: falar durante as aulas o tempo todo, não levar material necessário, ficar em pé, interromper o professor, gritar, andar pela sala, jogar papeizinhos nos colegas e no professor, dentre outras atitudes que impedem os docentes de ministrar aulas mais qualidade. (PARO, 2008, p.21).

Diante disso, é necessário chamar a atenção do aluno, e para que isso não se torne algo constrangedor ou motivo de vergonha para o aluno, o autor Paro (2008, p. 64), afirma que “[...] é mais eficaz se aproximar calmamente de um aluno e pedir para retomar seu trabalho que chamar a sua atenção em voz alta na frente de todos. [...]”. A forma como se estabelece a relação professor-aluno é a base para o enfrentamento dessas questões.

Além do mais, outra realidade encontrada nas salas de aulas são as deficiências ou síndromes. Sendo as mais comuns atualmente, o autismo, déficits de atenção, altas habilidades e superdotação, entre outras. Nesses casos, o professor precisa ter um olhar especial para primeiramente identificar se a criança possui alguma deficiência, alertar a família sobre a possibilidade de um encaminhamento para um psicopedagogo, psicólogo, psiquiatra, neuropediatra e outros profissionais que possam ajudar a criança da melhor maneira possível. Nesse sentido, Mendonça (2015, p.2) afirma que educação especial é:

[...] uma modalidade de ensino destinada a educandos com deficiências no campo da aprendizagem, originadas quer de deficiência física, sensorial, mental ou múltipla, quer de características como altas habilidades, superdotação ou talentos. Ela é o ramo da Educação que se ocupa do atendimento e da educação de pessoas com deficiência em instituições especializadas, tais como escolas para surdos, escolas para cegos ou escolas para atender pessoas com deficiência intelectual.

Nesses casos, também é importante que o aluno tenha um atendimento especializado no turno contrário da escola, frequentando o AEE (Atendimento Educacional Especializado), onde terá um profissional que irá produzir materiais especificamente para essa criança, suprimindo suas necessidades.

Além do mais, é necessário o auxílio de um professor bidocente em sala de aula, para estar ajudando a criança na realização de atividades cotidianas. Nesse sentido, a Secretaria de Educação Especial do MEC (SEESP), através do documento Política Nacional de Educação Especial que rege oficialmente os serviços públicos nesta área, considera a Educação Especial como sendo:

Um processo que visa a promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas portadoras de deficiências, condutas típicas ou altas habilidades, e que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. Fundamenta-se em referenciais teóricos e práticos compatíveis com as necessidades específicas de seu alunado. O processo deve ser integral, fluindo desde a estimulação essencial até os graus superiores de ensino. Sob esse enfoque sistêmico, a educação especial integra o sistema educacional vigente, identificando-se com sua finalidade, que é a de formar cidadãos conscientes e participativos (MEC,1998, p.17).

Porém, quando a escola não conta com todo esse suporte, quem precisa exercer todos esses papéis é o professor, que precisa dar conta do aluno com dificuldade, do aluno indisciplinado, do aluno com deficiência, dentre todos os outros perfis de alunos encontrados em uma sala de aula.

A inserção de todos os alunos na escola regular, independentemente de suas condições, é algo que amedronta os professores. Segundo Beyer (2003, p.8) "Faltam a compreensão da proposta, a formação conceitual correspondente, a maestria do ponto de vista das didáticas e metodologias e as condições apropriadas de trabalho".

Outro desafio para o professor da escola contemporânea, é o uso das tecnologias de informação e comunicação em sala de aula, visto que a maioria não se sente capacitado para estar trabalhando com esse tipo de ferramenta, no entanto, o docente precisa encontrar um meio de utilizar esses meios, pois é algo cobrado pelos próprios estudantes e pela sociedade.

As diretrizes do Ministério da Educação recomendam o uso das tecnologias na educação desde a década de 1990, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) já faziam esse alerta: "É indiscutível a necessidade crescente do uso de computadores pelos alunos como instrumento de aprendizagem escolar, para que possam estar atualizados em relação às novas tecnologias da informação e se instrumentalizarem para as demandas sociais presentes e futuras." (BRASIL, 1998, p. 96).

Trabalhar com as tecnologias em sala de aula é imprescindível para o desenvolvimento dos alunos e também dos professores, de modo que a interação dos mesmos contribua para a construção do conhecimento. Nesse sentido, Cavalcante (2012, p. 2) aponta que:

Trabalhar com as tecnologias (novas ou não) de forma interativa nas salas de aula requer: a responsabilidades de aperfeiçoar as compreensões de alunos sobre o mundo natural e cultural em que vivem. É indispensável o desenvolvimento contínuo de alunos e professores, trabalhando adequadamente com as novas tecnologias, constata-se que a aprendizagem pode se dar com desenvolvimento emocional, racional, da imaginação, do intuitivo, das interações, a partir dos desafios, da exploração de possibilidades, de assumir responsabilidades, do criar e do refletir juntos.

Ou seja, o professor precisa descobrir ferramentas tecnológicas que acrescentem no desenvolvimento de habilidades dos estudantes e gerar um estímulo para a busca de conhecimento a partir de um modelo inovador de ensino, não somente usar os métodos tradicionais de ensino com o qual os estudantes estão acostumados.

2.2 Desafios aos alunos

No contexto atual, os estudantes da escola contemporânea também possuem desafios em sua vida escolar, visto que são advindos de uma grande variedade de contextos sociais, culturais e econômicos, ao qual o professor precisa estar se adaptando e inovando suas metodologias para que as aprendizagens se tornem significativas para estes.

A realidade brusca que norteia a vida da maioria dos estudantes de escola pública hoje, é a fome, a moradia em lugares perigosos de periferia, onde a violência a prostituição e o tráfico de drogas são situações comuns, diante disso, o aluno vai para a escola para poder fazer uma refeição e ter um lugar seguro para ficar. Nesse sentido, Martins (2008, p.10-11) indaga que:

Ao iniciarmos qualquer discussão inerente a educação é importante compreendê-la como atualização histórica de cada indivíduo, sendo o educador o mediador, oportunizando assim, por parte dos educandos, a aquisição de conhecimentos e capacidades para o enfrentamento de exigências postas por um determinado contexto social. Como a escola não pode dar conta de todo o saber historicamente produzido, devemos então, priorizar em cada série dos níveis e modalidades da educação aqueles mais relevantes para a formação histórico cultural dos cidadãos.

Além disso, a falta de oportunidades e de incentivo causa frustração nesses estudantes, que acabam perdendo a esperança em um futuro melhor e a vontade de estudar, abandonando então a escola, para poder trabalhar em um serviço qualquer para poder levar algum subsídio para dentro de casa.

Nesse contexto, antes da elaboração de um planejamento ou avaliação, o professor precisa estar ciente sobre o contexto social ao qual seu aluno está inserido e se perguntar se tal conteúdo/aprendizagem irá condizer com a realidade vivida pelo estudante:

Enfatizamos a necessidade de um estudo sobre o contexto social, pois vivemos em uma sociedade capitalista dividida em classes, cujos impactos da globalização e do pensamento neoliberal, vem refletindo na educação, e consequentemente exigindo um novo perfil de aluno para atender as exigências desse mercado. O educador precisa considerar o contexto social e entender a política educacional que constitui a base para o desenvolvimento de seu trabalho pedagógico. Caso não se tenha compreensão desse processo, corremos o risco de apenas legitimar uma sequência de encaminhamentos que irão afetar o homem, o trabalhador, enfim o cidadão. (MARTINS, 2008, p.11)

Em função disso, nota-se que o desenvolvimento da aprendizagem não depende unicamente do aluno, visto que problemas e conflitos familiares, com famílias desestruturadas, onde os responsáveis se fazem ausentes, acabam interferindo no desenvolvimento do conhecimento:

Qualquer indivíduo, de qualquer classe social ou de qualquer nível econômico tem a proporção de ter problemas relacionados à aprendizagem sentindo-se confuso, ameaçado e inseguro pelas exigências das instituições educacionais. Vários problemas e conflitos familiares resultam das dificuldades de aprendizagem. Por isso, não é estranho que o problema das dificuldades de aprendizagem, expresse certa tendência cultural política de educação de saúde e de bem-estar. A tendência cultural do termo dificuldades de aprendizagem e a tendência comportamental a ele citado, dependem das múltiplas situações dos alunos e, igualmente, dos diferentes níveis das aspirações dos adultos que as envolvem. (SANTOS, 2018, p.2)

Ou seja, não tem como o professor exigir que o aluno preste atenção na aula e desenvolva uma aprendizagem significativa, sendo que é possível que o mesmo nem tenha se alimentado antes de ir para a escola.

Diante disso, observa-se que para se identificar dificuldades de aprendizagem, é necessário primeiro eliminar fatores socioeconômicos, culturais ou familiares, para então, atentar para possíveis disfunções psicológica e neurológica. Conforme ressalta

Santos (2018, p. 2) “[...] só é possível identificar um aluno com dificuldades de aprendizagem, quando não há interferência dos fatores socioeconômicos.”

Além do mais, doenças relacionadas à ansiedade e depressão tornaram-se algo comum entre os estudantes, e mais um desafio para os profissionais da educação, já que precisam conhecer essas doenças para identificá-las. Conforme determina o Ministério da saúde, alguns dos sintomas são: “Sensação de tristeza, autodesvalorização e sentimento de culpa. Acreditam que perderam, de forma irreversível, a capacidade de sentir prazer ou alegria” (BRASIL, 2019, p.2).

E ainda, “tudo parece vazio, o mundo é visto sem cores, sem matizes de alegria. Muitos se mostram mais apáticos do que tristes, referindo sentimento de falta de sentimento. Julgam-se um peso para os familiares e amigos, invocam a morte como forma de alívio para si e familiares” (BRASIL, 2019, p.2). E ainda, podem “fazer avaliação negativa acerca de si mesmo, do mundo e do futuro percebem as dificuldades como intransponíveis, tendo o desejo de pôr fim a um estado penoso. Os pensamentos suicidas variam desde o desejo de estar morto até planos detalhados de se matar”. (BRASIL, 2019, p.2).

Nesse contexto, é preciso caracterizar essas doenças para que elas possam ser identificadas, a depressão e a ansiedade são doenças que atingem principalmente a parte emocional dos estudantes interferindo diretamente em sua vida cotidiana:

Os transtornos depressivos são caracterizados pela presença de humor triste, irritável ou vazio, juntamente com alterações cognitivas e somáticas que afetam a capacidade e o funcionamento do indivíduo. Os transtornos de ansiedade são caracterizados por perturbações comportamentais, medo e ansiedade excessivos diante de situações novas ou que apresentam algum tipo de ameaça ou perigo, diferenciando-se do medo ou ansiedade adaptativos, por apresentarem maior frequência, duração e intensidade. É importante ressaltar que existem diferentes subtipos dos transtornos depressivos e de ansiedade (BLACK; GRANT, 2015, p.3).

Essa identificação não faz parte das funções do professor, mas sua percepção é de grande relevância para ajudar esse aluno, visto que essa situação compromete o desenvolvimento da aprendizagem. Conforme destacam Cruvinel e Boruchvitch (2004, p. 376), “[...] a escola e o professor desempenham uma função extremamente relevante no reconhecimento dos sintomas de depressão, uma vez que a presença da depressão de fato interfere no rendimento do aluno [...]”. Além de que, essa

identificação “ [...] tende a influir no emprego de estratégias de aprendizagem.” (CRUVINEL; BORUCHVITCH, 2004, p. 376)

Além do mais, como afirmam Cruvinel e Boruchvitch (2004), mesmo comprometendo o rendimento escolar dos alunos, a ansiedade e a depressão não desenvolvem nenhum déficit de inteligência, visto que, o que de fato interfere nesses casos é o desequilíbrio mental e emocional gerados por essas doenças.

Ou seja, o aluno que sofre com esse tipo de doença não terá interesse, nem motivação para os estudos, o que é compreensível, pois este precisa ser tratado com um profissional habilitado, no caso, um psicólogo ou psiquiatra, que irá avaliar o caso, irá tratar a doença com uso de medicação, tratamento psicológico e demais recursos por eles oferecidos.

Ademais, a família que deveria ser o suporte nesse processo, muitas vezes acaba sendo a causa do desenvolvimento de tais transtornos, que pode surgir com traumas vivenciados nesse meio ou através da influência do histórico familiar. Nesse contexto, os autores Grolli, Wagner e Dalbosco (2017, p. 3) ressaltam que “a família se apresenta como um meio importante no processo de detectar precocemente e prevenir o surgimento dessas psicopatologias. [...] A família desempenha, portanto, influência direta sobre a presença ou ausência desses transtornos”. Por outro lado, “a disponibilidade dos pais para conversar sobre as emoções de seus filhos, através da promoção de um espaço seguro para a discussão e resolução de problemas, é considerado um fator preventivo para o desenvolvimento de possíveis transtornos”. (GROLLI; WAGNER; DALBOSCO, 2017, p. 3).

A escola também é um fator importante nesses casos, de modo que quando as famílias se fazem ausentes ou não tem interesse em se envolver nessas situações cabe a escola tomar medidas cabíveis para resolver a questão:

A escola também representa uma instituição social importante a ser considerada nesse aspecto, à medida que o desempenho escolar e de aprendizagem podem ser marcadores para a identificação da presença da ansiedade e da depressão entre adolescentes. Os problemas de saúde mental interferem na vida dos adolescentes no que diz respeito ao humor e ao afeto e provocam um sofrimento que tem impacto na redução das relações sociais desses indivíduos. A depressão em adolescentes tem um impacto significativo no desempenho a nível escolar, prejudicando também a autoestima e causando sintomas de instabilidade emocional. Por isso, a escola é destacada como um ambiente propício para a promoção da saúde, podendo ressaltar a saúde mental (MANZO, 2019, p. 3).

Em função disso, indaga-se que mesmo o professor planejando uma aula excelente, quando chega no contexto de sala de aula, irá se deparar com essas questões que precisam ser resolvidas antes de qualquer conteúdo a ser ensinado, pois os desafios impostos tanto a este como aos estudantes são diversos.

Nesse contexto, é possível perceber que o fato de o professor ter um olhar especial e um cuidado com o aluno, pode gerar grandes benefícios não apenas escolares, mas que o estudante se lembrará ao longo da vida: “Às vezes, mal se imagina o que pode passar a representar na vida de um aluno um simples gesto do professor. O que pode um gesto aparentemente insignificante valer como força formadora ou como contribuição à do educando por si mesmo.” (FREIRE, 2002, p. 92).

Por isso, que ao abordar um tema em sala de aula, o professor precisa partir da realidade vivenciada pelos seus alunos, caso isso aconteça o estudo se tornará insignificante para o estudante e o mesmo perderá o interesse em aprender:

[...] na maioria das causas da evasão escolar, a escola tem a responsabilidade de apontar a desestruturação familiar, e o professor e o aluno não têm responsabilidade para aprender, tornando-se um jogo de empurra. Sabe-se que a escola atual é precisa estar preparada para receber e formar estes jovens e adultos que são frutos dessa sociedade injusta e, para isso é preciso professores dinâmicos, responsáveis, criativos, que sejam capazes de inovar e transformar sua sala de aula em um lugar atrativo e estimulador (ARROYO 1997, p. 23).

É de grande relevância que o professor desenvolva os conteúdos trazendo uma abordagem mais significativa, com exemplos da vida dos estudantes, com situações cotidianas, desse modo, o conteúdo fará sentido e será de grande valia para a vida dos mesmos. Como ressalta Bzuneck (2001, p. 27), [...] se é no ambiente da sala de aula que o professor seleciona os meios que deve utilizar para despertar a motivação de seus alunos, esta resulta de um conjunto de medidas educacionais [...] sobre os quais todo o professor tem apoio poder de decisão.”.

Nesse sentido, entende-se que a formação continuada é uma grande aliada para o professor que não deseja fazer “o básico”, ou o que ele “é pago para fazer”. Por isso, no capítulo a seguir será abordado a formação continuada, que é uma proposição necessária. E ainda, será explanado as políticas atuais para formação inicial e continuada de professores, para se obter uma educação de qualidade.

3 FORMAÇÃO CONTINUADA: UMA PROPOSIÇÃO NECESSÁRIA

O processo de construção do conhecimento do professor assenta no suporte da formação inicial e na consolidação da formação continuada, não sendo apenas na sala de aula, mas sendo o espaço de ensino também um espaço de aprendizagem dos professores:

Ou seja, um espaço rico para o desenvolvimento tanto de práticas formativas como investigativas. E porque os saberes dos professores, as competências e o saber-fazer são o fundamento do ato docente no meio escolar, as instituições de formação devem valorizar essa formação, propiciando um saber orientado para uma transformação social. (CUNHA, 2009, p.2).

Os novos professores devem ser capazes de desenvolver habilidades para compreender os parâmetros culturais atuais e ter a prática de criar sujeitos como autores de seu mundo e de sua história:

O novo professor tem de ser capaz de desenvolver habilidades para entender os parâmetros culturais vigentes e ter como prática a criação de sujeitos que sejam autores do seu mundo e da história. Não pode por isso ter um conhecimento exclusivamente acadêmico, racional, teórico, construído através da experiência e sim um saber que o capacite para gerenciar a informação disponível e saber adequá-la ao contexto e à situação formativa que se situa, sem perder de vista os objetivos traçados. (CUNHA, 2009, p.7)

Nos últimos anos, houve um grande progresso no campo da formação de professores, sua influência foi continuamente expandida e grandes conquistas científicas foram feitas. Mas “desde o início do século, percebe-se um sentimento de insatisfação, acentuado por políticas de desprofissionalização, de ataque às instituições universitárias de formação docente e de privatização da educação”. (ZEICHNER, 2010, p.89-99).

A falta de especialização se manifesta em vários aspectos, como os baixos salários e as difíceis condições escolares. “O discurso da eficiência e da prestação de contas tem reforçado políticas baseadas em medidas de valor acrescentado, que remuneram os professores em função dos resultados dos alunos, desvalorizando assim outras dimensões da profissionalidade”. (DARLING, 2016, p. 83-91).

Desse modo, é visto que a formação continuada é uma forma de especializar a identidade e a profissão do professor, por isso, em sequência será abordado algumas políticas de formação inicial e continuada de professores, bem como a importância da formação continuada para uma educação de qualidade.

3.1 Formação inicial e continuada: políticas atuais de formação de professores

A formação inicial dos professores não atende mais às exigências que lhes são impostas na realidade escolar. Diante disso, Tardif (2005, p. 61) aponta a importância da experiência do professor:

Os saberes que servem de base para o ensino, não se limitam a conteúdos bem circunscritos que dependem de um conhecimento especializado. Eles abrangem uma grande diversidade de objetos, de questões, de problemas que estão relacionados com seu trabalho. Além disso, não correspondem, ou pelo menos muito pouco, aos conhecimentos teóricos obtidos na universidade e produzidos pela pesquisa na área da educação. Para os professores de profissão, a experiência de trabalho parece ser a fonte privilegiada de seu saber-ensinar.

Ou seja, a formação que acontece na prática da sala de aula, pois a profissão professor se constitui diariamente, na reflexão-ação, nos desafios enfrentados, nas trocas com os colegas, na busca pela aprendizagem dos estudantes.

E ainda, conforme o autor a formação inicial do professor fundamenta-se em três fases que marcam os primeiros momentos em sala de aula e as divergências encontradas. “A primeira acontece na transição do idealismo para a realidade, que é marcada pela reunião formal de orientação que ocorre vários dias antes do início do ano letivo.” (TARDIF, 2005, p. 82). Após, “A segunda fase corresponde a iniciação no sistema normativo informal e na hierarquia das posições ocupadas na escola. A terceira fase está ligada à descoberta dos alunos 'reais' pelos professores. Os alunos não correspondem à imagem esperada ou desejada.” (TARDIF, 2005, p.84).

Nesse início de percurso o profissional docente irá cometer erros, por ter que assumir diferentes papéis em sala de aula, mas isso não deve interferir em sua prática, visto que a longo prazo sua experiência dominará seu fazer pedagógico. Já que, com o tempo vem, conforme Tardiff (2005, p.85) “a fase de estabilização e consolidação, em que o professor investe a longo prazo na sua profissão e os outros membros da instituição reconhecem as suas capacidades.” Além disso, “essa fase se caracteriza por uma confiança maior do professor em si mesmo e pelo domínio do seu fazer pedagógico.” (TARDIFF, 2005, p.85)

Diante disso, é visto que a formação inicial não é mais suficiente para os profissionais da educação hoje, porque toda a teoria adquirida durante os anos de graduação não basta para exercer certas funções que lhes são impostas.

Nesse sentido a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a Formação Continuada, especifica:

Art. 3º A formação inicial e a formação continuada destinam-se, respectivamente, à preparação e ao desenvolvimento de profissionais para funções de magistério na educação básica em suas etapas – educação infantil, ensino fundamental, ensino médio – e modalidades – educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação a distância – a partir de compreensão ampla e contextualizada de educação e educação escolar, visando assegurar a produção e difusão de conhecimentos de determinada área e a participação na elaboração e implementação do projeto político-pedagógico da instituição, na perspectiva de garantir, com qualidade, os 4 direitos e objetivos de aprendizagem e o seu desenvolvimento, a gestão democrática e a avaliação institucional. (MEC, 2015, p.3-4)

Além do mais, essa Resolução explicita ainda que a formação continuada deve partir de um olhar novo do professor sobre seus saberes e valores, através de uma nova reflexão sobre sua prática pedagógica para saber de que forma ele pode se especializar, nesse sentido o Art.16 da resolução apontada a cima, diz que:

Art. 16. A formação continuada compreende dimensões coletivas, organizacionais e profissionais, bem como o repensar do processo pedagógico, dos saberes e valores, e envolve atividades de extensão, grupos de estudos, reuniões pedagógicas, cursos, programas e ações para além da formação mínima exigida ao exercício do magistério na educação básica, tendo como principal finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca de aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político do profissional docente. A formação continuada decorre de uma concepção de desenvolvimento profissional dos profissionais do magistério que leva em conta:

I - os sistemas e as redes de ensino, o projeto pedagógico das instituições de educação básica, bem como os problemas e os desafios da escola e do contexto onde ela está inserida;

II - a necessidade de acompanhar a inovação e o desenvolvimento associados ao conhecimento, à ciência e à tecnologia;

III - o respeito ao protagonismo do professor e a um espaço-tempo que lhe permita refletir criticamente e aperfeiçoar sua prática;

IV - o diálogo e a parceria com atores e instituições competentes, capazes de contribuir para alavancar novos patamares de qualidade ao complexo trabalho de gestão da sala de aula e da instituição educativa. (MEC, 2015, p.13-14)

Por conseguinte, a Resolução em seu Art.17, expõe ainda as possibilidades existentes para o aperfeiçoamento das habilidades e conhecimentos dos profissionais da educação para que a formação continuada seja de fato concretizada e de que forma:

Art. 17. A formação continuada, na forma do artigo 16, deve se dar pela oferta de atividades formativas e cursos de atualização, extensão, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado que agreguem novos saberes e práticas, articulados às políticas e gestão da educação, à área de atuação do profissional e às instituições de educação básica, em suas diferentes etapas e modalidades da educação.

§ 1º Em consonância com a legislação, a formação continuada envolve:

I - atividades formativas organizadas pelos sistemas, redes e instituições de educação básica incluindo desenvolvimento de projetos, inovações pedagógicas, entre outros;

II - atividades ou cursos de atualização, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas e máxima de 80 (oitenta) horas, por atividades formativas diversas, direcionadas à melhoria do exercício do docente;

III - atividades ou cursos de extensão, oferecida por atividades formativas diversas, em consonância com o projeto de extensão aprovado pela instituição de educação superior formadora; [...] (MEC, 2015, p.14)

Em sequência, a Resolução aponta ainda na sessão § 3º, que a valorização dos profissionais da educação é um processo de construção própria que faz instauração em sua formação inicial e se configura na busca pela formação continuada e especializada:

§ 3º A valorização do magistério e dos demais profissionais da educação deve ser entendida como uma dimensão constitutiva e constituinte de sua formação inicial e continuada, incluindo, entre outros, a garantia de construção, definição coletiva e aprovação de planos de carreira e salário, com condições que assegurem jornada de trabalho com dedicação exclusiva ou tempo integral a ser cumprida em um único estabelecimento de ensino e destinação de 1/3 (um terço) da carga horária de trabalho a outras atividades pedagógicas inerentes ao exercício do magistério, tais como:

I - preparação de aula, estudos, pesquisa e demais atividades formativas;

II - participação na elaboração e efetivação do projeto político-pedagógico da instituição educativa;

III - orientação e acompanhamento de estudantes;

IV - avaliação de estudantes, de trabalhos e atividades pedagógicas;

V - reuniões com pais, conselhos ou colegiados escolares;

VI - participação em reuniões e grupos de estudo e/ou de trabalho, de coordenação pedagógica e gestão da escola;

VII - atividades de desenvolvimento profissional;

VIII - outras atividades de natureza semelhante e relacionadas à comunidade escolar na qual se insere a atividade profissional. (MEC, 2015, p.15)

Ou seja, essa resolução reitera a necessidade de garantir a valorização dos profissionais da educação, com a elaboração de planos de carreira e a remuneração, bem como a formação inicial, formação continuada, e a inclusão de horas para as atividades de planejamento e avaliação dentro da carga horária de trabalho.

Por conseguinte, a Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), consta que para exercer sua profissão, o docente precisa abranger certas competências gerais.

Nesse contexto, essas competências precisam englobar três dimensões essenciais no planejamento e execução da prática docente do profissional da educação, são elas: “o conhecimento profissional, a prática profissional e o engajamento profissional” (MEC, 2019, p. 2), ou seja, o professor precisa realizar uma conexão entre seu conhecimento adquirido até então e a prática exercida, com empenho diante o ambiente escolar em que trabalha, para se obter bons resultados.

Ainda, no Art. 5º dessa mesma resolução, consta que para atender as demandas que surgem na sua prática pedagógica, o professor precisa ter como base alguns fundamentos e objetivos de acordo com cada nível da educação básica:

- I - a sólida formação básica, com conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;
- II - a associação entre as teorias e as práticas pedagógicas;
- III - o aproveitamento da formação e das experiências anteriores, desenvolvidas em instituições de ensino, em outras atividades docentes ou na área da Educação. (MEC, 2019, p. 3)

Em sequência, o Art.6º regulamenta que o processo de formação de professores, bem como sua prática deve envolver os regulamentos impostos principalmente pela BNCC, que visam:

- I - a formação docente para todas as etapas e modalidades da Educação Básica como compromisso de Estado, que assegure o direito das crianças, jovens e adultos a uma educação de qualidade, mediante a equiparação de oportunidades que considere a necessidade de todos e de cada um dos estudantes;
- II - a valorização da profissão docente, que inclui o reconhecimento e o fortalecimento dos saberes e práticas específicas de tal profissão;
- III - a colaboração constante entre os entes federados para a consecução dos objetivos previstos na política nacional de formação de professores para a Educação Básica;

IV - a garantia de padrões de qualidade dos cursos de formação de docentes ofertados pelas instituições formadoras nas modalidades presencial e a distância;

V - a articulação entre a teoria e a prática para a formação docente, fundada nos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando à garantia do desenvolvimento dos estudantes;

VI - a equidade no acesso à formação inicial e continuada, contribuindo para a redução das desigualdades sociais, regionais e locais [...]. (MEC, 2019, p. 3)

Percebe-se acima a necessidade da equidade para a oferta de oportunidades para todos os estudantes, ou seja, o direito de uma educação de qualidade independente do contexto de origem de cada um.

Por conseguinte, no Art. 7º dessa resolução é explanado que a formação inicial de professores de Educação Básica, deve seguir os princípios norteadores constantes na Base Nacional Comum Curricular de modo que sua prática seja exercida de acordo com estes fundamentos essenciais:

I - compromisso com a igualdade e a equidade educacional, como princípios fundantes da BNCC;

II - reconhecimento de que a formação de professores exige um conjunto de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes, que estão inerentemente alicerçados na prática, a qual precisa ir muito além do momento de estágio obrigatório, devendo estar presente, desde o início do curso, tanto nos conteúdos educacionais e pedagógicos quanto nos específicos da área do conhecimento a ser ministrado;

III - respeito pelo direito de aprender dos licenciandos e compromisso com a sua aprendizagem como valor em si mesmo e como forma de propiciar experiências de aprendizagem exemplares que o professor em formação poderá vivenciar com seus próprios estudantes no futuro;

IV - reconhecimento do direito de aprender dos ingressantes, ampliando as oportunidades de desenvolver conhecimentos, habilidades, valores e atitudes indispensáveis para o bom desempenho no curso e para o futuro exercício da docência;

V - atribuição de valor social à escola e à profissão docente de modo contínuo, consistente e coerente com todas as experiências de aprendizagem dos professores em formação [...]. (MEC, 2019, p. 4)

Ou seja, essa resolução tem como objetivo definir quais as competências que devem ser abordadas e atingidas durante a formação inicial dos professores que desejam lecionar na Educação Básica, bem como ressaltar a importância de se abranger as Diretrizes que compõem a Base Nacional Comum Curricular, visto que o uso desse material no planejamento docente é essencial.

Em função disso, na seção a seguir será explanado a importância de uma formação continuada no desenvolvimento de uma educação de qualidade e ainda será exposto de que modo isso pode estar ajudando nos desafios diários de sala de aula

3.2 A importância da formação continuada para uma educação de qualidade

A formação continuada de professores é um movimento de construção, onde se reconhece que o conhecimento adquirido durante a formação inicial não é o bastante para exercer a função diante os desafios que surgem com os passar dos anos. Diante disso, os autores Reis et al (2020, p.3), apontam que:

A formação continuada de professores é um processo constante de aperfeiçoamento do fazer pedagógico, buscando promover saberes mais abrangentes. As mudanças de paradigmas da sociedade das últimas décadas também se tornaram um fator que intensifica essa necessidade, formar-se continuamente tornou-se obrigatoriedade para os educadores lidarem com gerações mais tecnológicas e inquietas. A formação deve partir das necessidades reais do cotidiano escolar, assim como valorizar o seu saber e a sua experiência e mesclar de forma eficaz, teoria e prática, agregando ao professor saberes significativos, tornando-se valiosíssima.

Para ser realmente eficaz e significativo para os estudantes, o processo educacional deve abranger três dimensões: científica, educacional e pessoal. Duarte (2017, p. 2-3) define:

A dimensão científica se ocupa do desenvolvimento e atualização dos conteúdos a serem ensinados e da forma pela qual o ser humano aprende. (...) A dimensão pedagógica se ocupa dos métodos, técnicas e recursos de ensino. (...) A dimensão pessoal regula a intenção e a intensidade das atitudes do professor no processo de promoção de aprendizagens.

Ou seja, a práxis do professor depende de uma atualização permanente de conteúdos e métodos de ensino, visto que a intenção e as atitudes do professor em sala de aula, dependerá de até onde sua formação inicial será capaz de suprir as necessidades que surgem na sala de aula.

Diante disso, o processo de formação constante e continuo ajudará nesse sentido, com aulas mais dinâmicas e de interesse dos estudantes. Visto que, um professor com metodologias ativas de ensino utiliza meios do convívio diário dos alunos para que sua atenção seja voltada para a busca de conhecimento.

O processo de formação docente é um meio do aprimoramento de habilidades/conhecimento que gera uma reafirmação da identidade e profissionalismo do professor, que muitas vezes é apagada durante todos os anos de sua profissão:

A formação docente é um processo interativo, por meio do qual se tornam um espaço de formação mútua, de afirmação de valores da profissão, propiciando um conhecimento profissional compartilhado, que unindo a prática a discussões teóricas, gera novos conceitos. Embora a mudança seja lenta, amparada por uma formação que propicie no docente um conhecimento novo, parte-se da premissa que o desenvolvimento da profissão docente está intimamente ligado ao desenvolvimento escolar. Da mesma forma, a especificidade da docência está no conhecimento pedagógico de natureza científico-cultural, consideramos as situações do cotidiano da escola, também como momentos de aprendizagem da docência. (NÓVOA, 1999 apud TOZETTO, 2017, p.5)

Ainda, a formação continuada pode assegurar aulas mais dinâmicas em sala de aula, onde o professor realiza a ligação entre a teoria e a prática de seus conteúdos. Gerando assim, maior participação dos estudantes nas atividades e aprimorando a relação entre professor e aluno. Logo, torna-se mais visível para o docente quais as dificuldades presentes e que precisam ser trabalhadas.

Nessa lógica, a formação continuada também supre as dificuldades encontradas na formação inicial, trazendo novos conteúdos e novas metodologias para lidar com as problemáticas que surgem em sala de aula. Diante disso, Chakur (2000, p.82), aponta que “a razão mais comumente utilizada para justificar a necessidade de uma formação continua, está na avaliação de possíveis soluções para os problemas reais do professor na realidade do ensino.”

Além do mais, a formação continuada pode ajudar o professor nos processos de ensino e aprendizagem de alunos com deficiência e com dificuldades de aprendizagem, visto que inúmeros cursos de capacitação e pós-graduação estão sendo ofertados para quem busca se especializar nessa área.

Ainda, uma formação continuada garante maior autonomia e preparo para o professor, visto que, com as diversas deficiências e síndromes presentes cada vez mais no cotidiano escolar, o mesmo se pergunta: “Como trabalhar com uma criança autista? Como uma criança com TDAH aprende? Nesse sentido, Libâneo afirma em seus estudos que:

A formação continuada vem acompanhada de outro fator, a formação inicial. A formação inicial refere-se ao ensino de conhecimentos teóricos e práticos destinados à formação profissional, completados por estágios. A formação continuada é o prolongamento da formação inicial, visando o aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e o desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional. (LIBÂNEO, 2004, p.227)

Nesse sentido, ressalta-se que crianças com síndromes e déficits de atenção não conseguem adquirir conhecimento com os métodos de ensino regular, visto que não possuem condições mentais necessárias para aprender da mesma maneira que os demais:

Há casos de déficit tão acentuados que a criança não tem condições de se beneficiar com o que existe na educação regular. São situações em que há necessidade de maior aprofundamento de pesquisa, para avaliar o que pode ser desenvolvido com esse aluno, qual o currículo apropriado para um aluno que não se manifesta, não fala, não tem condições mentais de desenvolver o processo educativo mesmo o funcional (GATTI, 2010, p. 113).

Desse modo, infere-se a importância de uma formação continuada, visto que é possível abordar meios mais recentes e inovadores para atender melhor à essas crianças, já que a aprendizagem é um direito de todos e deve ser adquirida de forma igualitária e equitativa.

Nesse contexto, o Ministério da Educação estabeleceu uma política curricular denominada “Saberes e Práticas da Inclusão”, que entrou em vigência no ano de 2004, que tem como finalidade ressaltar a necessidade de inovação de planejamento e prática pedagógica do professor. “O objetivo é qualificar a prática pedagógica com essas crianças, em creches e pré-escolas, por meio de uma atualização de conceitos, princípios e estratégias [sobre] Dificuldades Acentuadas de Aprendizagem ou Limitações no Processo de Desenvolvimento;”. (BRASIL, 2004, p. 3- 4).

Este documento aborda as dificuldades acentuadas de aprendizagem de pessoas com autismo e deficiência múltipla, e também, as dificuldades de comunicação e sinalização da deficiência física, surdo-cegueira/múltipla deficiência sensorial, surdez, deficiência visual e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2004).

Além disso, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve ser ofertado pela escola, para que esses alunos tenham o atendimento que precisam. Esse atendimento, conforme as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (BRASIL, 2008), precisa ser desenvolvido de modo individual e de acordo com cada síndrome/transtorno:

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. Os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, os com transtornos globais do desenvolvimento e os com altas

habilidades/superdotação nas escolas comuns do ensino regular e ofertar o atendimento educacional especializado – AEE, promovendo o acesso e as condições para uma educação de qualidade. O atendimento educacional especializado - AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. (BRASIL, 2008, p.1)

Ademais, esse atendimento, deve buscar desenvolver as habilidades e competências específicas de cada aluno, de modo que se tornem indivíduos independentes no âmbito educacional e social. Assim, todos os estudantes portadores das síndromes/transtornos têm direito ao ensino especializado oportunizado pelo AEE ou salas Multifuncionais. Desse modo, esse estudante terá as mesmas oportunidades que os demais colegas, obtendo o ensino qualificado do professor e o atendimento especializado do profissional do AEE.

Além disso, com uma sociedade basicamente tecnológica, não tem como um professor não utilizar as tecnologias em sala de aula ou ensinar aos alunos os benefícios de usá-la para o bem, para a busca do conhecimento. Mas como um professor poderá ensinar sobre a tecnologia quando o mesmo desconhece os meios e formas de utilizá-la?

É preciso saber identificar quais são as metodologias que nos permitem tirar o máximo de proveito dessas tecnologias em relação ao desenvolvimento humano, ou seja, elas precisam propiciar a constituição de redes de comunicação nas quais as diferenças sejam respeitadas e valorizadas; os conhecimentos sejam compartilhados e construídos cooperativamente; a aprendizagem seja entendida como um processo ativo, construtivo, colaborativo, cooperativo e autor regulador (DUARTE, 2013, p. 10).

Existem diversos métodos que podem auxiliar o professor na sua prática pedagógica através das tecnologias, visto que esse tipo de ferramenta é do interesse dos alunos e os envolve na construção do conhecimento. Conforme ressaltam Bacich e Moran (202, p. 18), “são muitos os métodos associados às metodologias ativas com potencial de levar os alunos a aprendizagens por meio da experiência impulsora do desenvolvimento da autonomia, da aprendizagem e do protagonismo.” Nesse cenário, isso ocorre, “ao tratar de problematização, sala de aula invertida, sala de aula compartilhada, aprendizagem por projetos, contextualização da aprendizagem, programação, ensino híbrido[...] entre outras.” (BACICH e MORAN, 2020, p.18)

Desse modo, através do uso de metodologias ativas, é possível desenvolver habilidades relacionadas a criatividade, imaginação e independência dos alunos, visto que irão se tornar os protagonistas pela busca do seu próprio interesse de estudo:

A metodologia ativa se caracteriza pela inter-relação entre educação, cultura, sociedade, política e escola, sendo desenvolvida por meio de métodos ativos e criativos, centrados na atividade do aluno com a intenção de propiciar a aprendizagem. Essa concepção surgiu muito antes do advento das TDIC, com o movimento chamado Escola Nova, cujos pensadores, como William James, John Dewey e Édouard Claparède, defendiam uma metodologia de ensino centrada na aprendizagem pela experiência e no desenvolvimento da autonomia do aprendiz. (BACICH e MORAN, 2020, p.17).

Nesse sentido, os métodos de metodologia ativa, irão propiciar ao estudante a associação entre a teoria e a prática desenvolvida pelo professor e isso tornará seu estudo mais significativo. Como ressaltam Bacich e Moran (2020, p. 19) “a formação de professores, inicial ou continuada, para explorar o potencial das tecnologias e mídias digitais no desenvolvimento de metodologias ativas em um contexto sócio-histórico parte da experiência educativa[...]”, ou seja, da experiência associada com a reflexão apoiada na teoria para extrair o significado da relação entre prática e teoria e criar referências que possam influenciar experiências posteriores. (BACICH e MORAN, 2020, p.19).

Além disso, nota-se que as estratégias advindas das metodologias ativas estimulam o engajamento dos estudantes nas aulas e é possível fazer uma relação entre professor x aluno, articulando assim o que está proposto no currículo:

A variedade de estratégias metodológicas a serem utilizadas no planejamento das aulas é um recurso importante, por estimular a reflexão sobre outras questões essenciais, como a relevância da utilização das metodologias ativas para favorecer o engajamento dos alunos e as possibilidades de integração dessas propostas ao currículo. É certo que as pessoas não aprendem da mesma forma, no mesmo ritmo e ao mesmo tempo. Inserir as tecnologias digitais, por meio de metodologias ativas, de forma integrada ao currículo escolar requer uma reflexão sobre alguns componentes fundamentais desse processo e, entre eles, o papel do professor e dos estudantes em uma proposta de condução da atividade didática que privilegia as metodologias ativas. (BACICH e MORAN, 2020, p.23).

Nesse contexto, o professor precisa ter o discernimento que nem todos os alunos conseguirão se adaptar à essa ferramenta e demandarão uma atenção especial, para desenvolver esse mecanismo no seu tempo de aprendizagem. Como alertam Bacich e Moran (2020, p. 23), pesquisas nas áreas da educação, psicologia e

neurociência “comprovam que o processo de aprendizagem é único e diferente para cada ser humano, e que cada um aprende o que é mais relevante e que faz sentido para ele, o que gera conexões cognitivas e emocionais.” Desse modo, as metodologias ativas são capazes de englobar uma concepção de ensino e aprendizagem que “considera a participação efetiva dos alunos na construção da sua aprendizagem, valorizando as diferentes formas pelas quais eles podem ser envolvidos nesse processo para que aprendam melhor, em seu próprio ritmo, tempo e estilo.” (BACICH e MORAN, 2020, p.23).

Desse modo, o profissional da educação precisará compreender esses processos de aprendizagem e adaptar seu planejamento de modo que as necessidades de cada aluno sejam inclusas e bem desenvolvidas:

Os estudantes do século XXI, inseridos em uma sociedade do conhecimento, demandam um olhar do educador focado na compreensão dos processos de aprendizagem e na promoção desses processos por meio de uma nova concepção de como eles ocorrem, independentemente de quem é o sujeito e das suas condições circundantes. No mundo atual, marcado pela aceleração e pela transitoriedade das informações, o centro das atenções passa a ser o sujeito que aprende, a despeito da diversidade e da multiplicidade dos elementos envolvidos nesse processo. (BACICH e MORAN, 2020, p.24).

Diante ao que foi exposto, ressalta-se que só é possível ensinar aquilo que se tem domínio e capacitação, não tem como ensinar algo que é desconhecido, que nunca foi ouvido falar ou que não foi alvo de debate durante a formação inicial ou que não faz parte do cotidiano do professor:

Só podemos ensinar até onde conseguimos aprender. E se temos tantas dificuldades em ensinar, entre outras coisas, é porque aprendemos pouco até agora. Se admitíssemos nossa ignorância quase total sobre tudo – tanto docentes como alunos – estaríamos mais abertos para o novo, para o aprender. Mas ao pensar que sabemos muito, limitamos nosso foco, repetimos fórmulas, avançamos devagar. (MORAN, 2007, p1).

Ou seja, o professor precisa buscar uma forma de capacitação para estar atendendo a todas essas exigências que lhe são impostas na escola. Visto que, não será realizado um estudo benéfico quando o professor desconhece o que está sendo ensinado. Nesse sentido, o profissional da educação comprometido e preocupado com a forma que está trabalhando e se essa maneira está ou não trazendo bons resultados, pode se deparar com a falta de tempo para se especializar, visto que o professor sempre leva trabalho para casa e às vezes não consegue ficar nem com a própria família:

Que deve fazer o professor consciente e comprometido com seu trabalho? Investir em sua formação, continuá-la para não se frustrar profissionalmente, para poder exigir respeito e, mesmo, melhorias salariais. O dia cheio e estafante não reserva tempo para a leitura, o estudo, a preparação de aula. Os cursos propostos, geralmente aos sábados ou em horários impossíveis, não atraem o professor que, ao menos, nos fins de semana, quer ficar com a família e muitas vezes com os cadernos e provas para corrigir. (HYPÓLITTO, 2007, p.2)

Nessa esteira, vimos ao longo dessa seção alguns desafios que estão presentes no cotidiano dos professores e dos estudantes: os transtornos/síndromes, depressão/ansiedade e uso das metodologias ativas.

No caso dos os transtornos/síndromes, como visto, já existem políticas nesse âmbito para promover a formação continuada, o que falta é sua efetivação na prática e a garantia dessa formação para os professores das salas regulares e dos professores do AEE.

Quanto a depressão/ansiedade é preciso pensar em políticas públicas, em conjunto com a área da saúde, para preparar os professores e escolas para a identificação dessas doenças e encaminhamento dos estudantes para um tratamento adequado.

Por fim, quanto ao uso das metodologias ativas, temos diversos estudos na área que ressaltam os benefícios de sua utilização e também políticas para o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, como por exemplo o Proinfo, que “é um Programa Nacional de Tecnologia Educacional com o objetivo de promover o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica” (MEC, 1997, p.1). Além disso, disponibiliza as escolas computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais. Em contrapartida, “estados, Distrito Federal e municípios devem garantir a estrutura adequada para receber os laboratórios e capacitar os educadores para uso das máquinas e tecnologias” (MEC, 2010, p.1).

Ainda nessa área, instituído pela Lei nº 12.249, de 14 de junho de 2010, o Prouca tem por objetivo “promover a inclusão digital pedagógica e o desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem de alunos e professores das escolas públicas brasileiras, mediante a utilização de computadores portáteis denominados laptops educacionais” (MEC, 2010, p.1). Logo, existem boas políticas de formação continuada para o uso das TDICs, o que falta talvez sejam mecanismos para garantir que estas cheguem até os professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse estudo, percebe-se que ser professor no século XXI não é tarefa fácil, visto que ao longo dos anos são impostos inúmeros desafios e situações que a formação inicial já não é mais suficiente. A sala de aula é composta por alunos totalmente diferentes, com personalidades fortes e traços de indisciplina. Ademais, cada vez mais são diagnosticadas crianças com transtornos de aprendizagem, deficiências e outras, que precisam estar englobadas no processo pedagógico.

Diante desses impasses, o professor que se conforta apenas com a formação inicial, não consegue lidar com essas situações adversas e acaba não conseguindo desenvolver um bom trabalho, afetando os processos de ensino e aprendizagem.

Desse modo, foi possível notar que a aprendizagem é mais significativa quando explorada em todas as dimensões da vida, ou seja, de acordo com o tempo e movimento, advindos da interação entre aluno, professor, escola, família e sociedade:

A aprendizagem é ativa e significativa quando avançamos em espiral, de níveis mais simples para mais complexos de conhecimento e competência em todas as dimensões da vida. Esses avanços realizam-se por diversas trilhas com movimentos, tempos e desenhos diferentes, que se integram como mosaicos dinâmicos, com diversas ênfases, cores e sínteses, frutos das interações pessoais, sociais e culturais em que estamos inseridos. (BACICH e MORAN, 2020, p.37-38).

Os meios de aprendizagem são diversos, então não se deve focar apenas em um, é preciso diversificar os métodos de ensino aprendizagem e buscar desenvolver os alunos para serem independentes e ativos em sua própria busca pelo conhecimento.

Além do mais, cada aluno aprende à sua maneira, no seu tempo e de uma forma específica, que o professor terá que observar e identificar no andamento das aulas, para que seja ofertado o suporte necessário para cada aluno:

Aprendemos também de muitas maneiras, com diversas técnicas e procedimentos, mais ou menos eficazes para conseguir os objetivos desejados. A aprendizagem ativa aumenta a nossa flexibilidade cognitiva, que é a capacidade de alternar e realizar diferentes tarefas, operações mentais ou objetivos e de adaptar-nos a situações inesperadas, superando modelos mentais rígidos e automatismos pouco eficientes. (BACICH e MORAN, 2020, p.39).

Por isso, ressalta-se que, professor deve fazer constantemente reflexões sobre a sua prática e de que modo ela está sendo posta em prática, “será que estou gerando o melhor de mim”? “O que eu posso estar realizando para atender melhor os meus alunos”? “De que modo eu posso ajudar a mudar, nem que seja um pouco a realidade desses estudantes”?

Temos informações demais e dificuldade em escolher quais são significativas para nós e conseguir integrá-las dentro da nossa mente e da nossa vida. A aquisição da informação, dos dados dependerá cada vez menos do professor. As tecnologias podem trazer hoje dados, imagens, resumos de forma rápida e atraente. O papel do professor – o papel principal – é ajudar o aluno a interpretar esses dados, a relacioná-los, a contextualizá-los. O papel do educador é mobilizar o desejo de que o aluno aprenda, que se sinta sempre com vontade de aprender, de conhecer mais. (MORAN, 2007, p.2)

Essas são questões que precisam fazer parte da prática do professor, que de fato se preocupa com sua profissão, como mediador no processo de ensino aprendizagem. Visto que, às vezes a aula não andarás como o planejado, então, como é possível lidar com isso? O que realmente importante discutir em sala de aula? O que é preciso ensinar para fazer diferença na vida dos estudantes?

Nesse contexto, Paro (2006, p.14) ressalta que, “Quantas vezes ouvimos dizer que a escola é boa, que tudo está muito bem, mas que o aluno não aprendeu porque não quis. Como se levar o aluno a querer aprender não fosse a função da educação”. [...] Dizer “a escola é boa, mas a criança não aprendeu porque não quis, é o mesmo que dizer que a cirurgia foi um sucesso, mas o paciente morreu. Se não houve aprendizado, não houve ensino”. (PARO, 2006, p.14)

Ou seja, a escola não pode ser considerada “boa” se os alunos não adquirem conhecimento, se os alunos com síndromes ou deficiências não são inclusos e não recebem um atendimento especializado. O professor não pode reclamar que os alunos não se esforçam, se o mesmo também não entrega o melhor de si durante as aulas. O professor precisa buscar uma formação especializada e continua, se quiser obter um bom desenvolvimento profissional, valorização e construção de sua identidade perante os alunos, escola e sociedade.

A baixa remuneração, a desvalorização e as condições de trabalho impostas ao professor, não depende do mesmo para que seja resolvido, envolve órgãos governamentais e políticas nesse âmbito. No entanto, o encanto, amor e dedicação pela profissão é algo que depende unicamente do profissional docente, por isso

Luckesi (2005, p.1) indaga que “[...] na nossa sala de aula, podemos colocar nossa atenção e nosso coração naquilo que praticamos, tais como no desejo de que os alunos aprendam, na criação ou recriação de atividades”. Que tornem “esse processo prazeroso e criativo de aprendizagem, na relação com os educandos, que, por consequência, possibilitam o desenvolvimento”. (LUCKESI 2005, p. 1)

Ademais, o professor precisa sim se inovar e reinventar suas aulas, a sociedade que está se tornando cada vez mais moderna, espera isso da escola e dos profissionais da educação, visto que não se pode parar no tempo e passar anos e anos usando os mesmos materiais e mesmos métodos desde de quando começou a lecionar. As tecnologias quando usadas e incentivadas de modo consciente podem agregar muito conhecimento e gerar novos aprendizados.

Para que isso seja efetuado, o professor que tem sede por conhecimento e o desejo de melhorar o mundo através da educação, pode estar buscando a formação continuada para colher bons resultados em sala de aula e uma boa valorização na sua carreira. Visto que, não se pode confortar com o básico, deve-se buscar cada vez mais melhorar e desenvolver o melhor de si e de seus alunos todos os dias. Visto que, o professor passa a ser uma inspiração para seus alunos, eles o observam a todo momento, suas atitudes, o modo que lida com os imprevistos e conflitos em sala de aula.

Além disso, o profissional docente precisa buscar uma formação continuada, pois a formação inicial não trouxe o suporte necessário para esses conflitos diários vivenciados na sala de aula. Pois, com a formação continuada o professor poderá ter acesso a novas metodologias de ensino e inserir as TDCIs em suas aulas; estará melhor preparado para lidar com casos de indisciplina; compreenderá como auxiliar os estudantes com deficiência, síndromes ou transtornos, que necessitam de um atendimento diferenciado para aprender; e ainda será capaz de identificar possíveis doenças que interferem na vida nos estudantes, como a depressão e ansiedade.

Portanto, com essa pesquisa foi possível perceber que, no contexto atual, para ser professor é preciso ter amor pelo que faz e desejo de mudança, mas, especialmente, profissionalização e condições para que isso se efetive, ou seja, a proposição de políticas que permitam a formação continuada, e em serviço, para o enfrentamento dos desafios que estão postos na escola e na sociedade.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **Escola coerente à Escola possível**. São Paulo: Loyola, 1997. (Coleção Educação popular – nº 8.).

BACICH, L.; MORAN, J. Orgs. **Metodologias ativas para uma educação inovadora, uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre, Penso Editora Ltda, 2018. Disponível em: <<https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2020/08/Metodologias-Ativas-para-uma-Educacao-Inovadora-Bacich-e-Moran.pdf>> Acesso em: 03 jun. 2022.

BARBOSA, A. **Os salários dos professores brasileiros**: Implicações para o trabalho docente. 2011 208 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011.

BEYER, Hugo. Otto. **A Educação Inclusiva**: incompletudes escolares e perspectivas de ação. Cadernos de Educação Especial. Santa Maria, v. 2, n. 22, 2003.

BLACK, D. W.; GRANT, J. E. **Guia para o DSM-5: complemento essencial para o manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Artmed Editora, 2015.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1992579/mod_resource/content/1/O%20que%20e%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf> Acesso em: 22 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes operacionais da educação especial para o atendimento educacional especializado na educação básica**, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 12.249**, de 14 de junho de 2010. Disponível em: <<https://www.fnede.gov.br/index.php/programas/proinfo/eixos-de-atuacao/programa-um-computador-por-aluno-prouca>> Acesso em: 09 jun.2022.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 2**, de 1º de julho de 2015. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>> Acesso em: 13 mai. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 2**, de 20 de dezembro de 2019. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>> Acesso em: 02 jun. 2022.

BRASIL, Ministério da Educação. **Saberes e práticas da Inclusão**, 2004. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/pet/192-secretarias-112877938/seesp-esducacao>

especial-2091755988/12656-saberes-e-praticas-da-inclusao-ensino-fundamental>
Acesso em: 09 jun.2022.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Depressão**: causas, sintomas, tratamentos, diagnóstico e prevenção, 2019. Disponível em: <<http://saude.gov.br/saude-de-az/depressao>>
Acesso em: 03 jun. 2022.

BZUNECK, José Aloyseo. **A motivação do aluno**: aspectos introdutórios. In: BORUCHOVITCH; José Aloyseo. BZUNECK. A motivação do aluno: Contribuições à Psicologia Contemporânea. Petrópolis: Vozes, 2001.

CARVALHO, W. **Educação contemporânea**: reflexões, desafios e perspectivas na ótica do educador, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/RODRIGO/Desktop/TCC%20CAMILA/ARTIGOS/TRABALHO_EV127_MD1_SA17_ID12179_23092019232110.pdf> Acesso em: 31 mar. 2022.

CAVALCANTE, M. B. **A educação frente as novas tecnologias**: Perspectivas e desafios. 2012. Disponível em: <<https://escola-drxavierdealmeida.blogspot.com/2012/02/educacao-frente-as-novas-tecnologias.html>>. Acesso em: 12 mai. 2022.

CARVALHO, R.; E. **Educação Inclusiva com os Pingos nos Is**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CERICATO, I. L. **A profissão docente em análise no Brasil**: Uma revisão bibliográfica. Rev. Bras. Estud. Pedagog. [online]. 2016.

CHAKUR, C. R. de S. L. **(Des) profissionalização docente e formação continuada**: situação e perspectivas atuais. In: LEITE, C. D. P.; OLIVEIRA, M. B. L. de; SALLES, L. M. F. (Orgs). Educação, psicologia e contemporaneidade. Taubaté: Cabral Editora Universitária, 2000.

COUTINHO; A. VILALBA, O. **Ser professor na contemporaneidade**: desafios da profissão, 2013. Disponível em: <[file:///C:/Users/RODRIGO/Desktop/TCC%20CAMILA/ARTIGOS/arq-idvol__1373923960%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/RODRIGO/Desktop/TCC%20CAMILA/ARTIGOS/arq-idvol__1373923960%20(1).pdf)> Acesso em: 31 mar. 2022.

CRUVINEL, M; BORUCHOVITCH, E. **Sintomas depressivos, estratégias de aprendizagem e rendimento escolar de alunos do ensino fundamental**. Psicologia em Estudo, Maringá, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/pe/v9n3/v9n3a04.pdf>> Acesso em: 03 jun. 2022.

CUNHA, M; J. **Formação de Professores**: um desafio para o século XXI. In: X Congresso Internacional Galego Português de Psicopedagogia. Universidade do Minho, 2009.

DARLING, H. L. Research on teaching and teacher education and its influences on policy and practice. **Educational Researcher**, v. 45, n. 2, 2016.

DEWEY, J. **A escola e a sociedade**. A criança e o currículo. Lisboa: Relógio D' água, 2003.

DIESEL, H. et al. **Desafios e possibilidades da escola contemporânea: do quadro negro ao mundo digital**, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/RODRIGO/Desktop/TCC%20CAMILA/ARTIGOS/ArtigoEducereeteducare.pdf> Acesso em: 25 mar. 2022.

DUARTE, A. **A formação continuada como processo de aperfeiçoamento da atividade docente**. Revista Ciência Plural, v. 3, n. 2, 2017.

DUARTE, A. M. C. et al. **Educação em revista**, n. 100/Ano XVII/ set/out 2013.

ECCO, I.; NOGARO A. **A educação em Paulo Freire como processo de humanização**, 2015. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18184_7792.pdf> Acesso em: 12 mai. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GADOTTI, M. Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido. 2. ed. São Paulo: **Editora e Livraria Instituto Paulo Freire**, 2011.

GARCIA, Carlos Marcelo. **Formação de professores: para uma mudança educativa**. Porto: Porto Editora 1999.

GATTI, B. **Formação de professores no Brasil**, 2010. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 02 jun. 2022.

GROLI, V.; WAGNER, M. F.; DALBOSCO, S. N. P. **Sintomas depressivos e de ansiedade em adolescentes do ensino médio**. Revista de Psicologia da IMED, v. 9, n. 1, p. 87-103, 2017.

HARGREAVES, A. **O ensino na sociedade do conhecimento**. A educação na era da insegurança. Porto: Porto Editora, 2004.

HYPOLITTO, D. **Repensando a Formação Continuada**, 2007. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/md_maria_odete_rodrigues_bernadelli.pdf> Acesso em: 20 mai. 2022.

IVENICKI, A. **A escola e seus desafios na contemporaneidade**, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/3BRWRtHXDYYNDTrf9QrXC9Q/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 03 abr. 2022.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola – Teoria e Prática**. Goiânia: Alternativa, 2004.

LUCKESI, C. C. Formalidade e criatividade na prática pedagógica. Revista ABC EDUCATIO, nº 48, 2006. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/md_maria_odete_rodrigues_bernadelli.pdf> Acesso em: 20 mai. 2022.

MANSO, R. K. Gomes de Sousa. **Problemas de sono, ansiedade, depressão e suporte social em adolescentes de uma instituição federal de ensino.** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019.

MARCONI, M; A. LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Editora Atlas, 1992.

MARTINS, S. **A importância da reflexão da prática pedagógica para redimensionamento do ensino médio noturno,** 2008. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_sueli_silva.pdf> Acesso em: 31 mar.2022.

MENDONÇA, A; A; S. **Educação especial e educação inclusiva: dicotomia de ensino dentro de um mesmo processo educativo,** 2015. Disponível em: <<https://www.uniube.br/eventos/epeduc/2015/completos/39.pdf>> Acesso em: 05 mai. 2022.

MORAN, J. M. **A educação que desejamos:** Modificar a forma de ensinar. A aprendizagem de ser educador. As etapas de aprendizagem a ser docente. Educar o educador. Disponível em: <www.eca.usp.br/> Acesso em: 20 mai. 2022.

NÓVOA, A. **Profissão Professor.** Porto: Porto Editora, 1999.

OLIVEIRA, W. **Uma abordagem sobre o papel do professor no processo ensino/aprendizagem,** 2014. Disponível em: <https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_28_1391209402.pdf> Acesso em: 30 mai. 2022.

PARO, V. H. **A escola pública que queremos.** In: Revista da Conferência Extraordinária da APP-Sindicato. Curitiba, 2008.

PERRENOUD, Ph. Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas. Lisboa: **Dom Quixote/ Instituto de Inovação Educacional,** 1993.

PERRENOUD, Ph. As dez novas competências para ensinar. Porto Alegre: **Artmed,** 2000.

RAMOS, F. C. Socialização e cultura escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação,** v. 23, 2018.

RAMOS DO Ó. J.; COSTA, M. V. **Desafios à escola contemporânea: um diálogo. Educação e Realidade,** 2007. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/6653/3970>>. Acesso em: 25 mar. 2022.

REIS, M. et al. **Ensino remoto: importância e benefícios da capacitação docente**, 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA1_ID3072_01092020110637.pdf> Acesso em: 03 abr. 2022.

ROSA, C. et al. **Os desafios da educação**, 2014. Disponível em: <<https://home.unicruz.edu.br/mercosul/pagina/anais/2014/DIREITO%20A%20EDUCACAO/ARTIGO/ARTIGO%20-%20OS%20DESAFIOS%20DA%20EDUCACAO.PDF>> Acesso em: 03 abr. 2022.

SANTOS, L. P. **A desestrutura familiar prejudica o processo ensino aprendizagem**, 2018. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD1_SA1_ID2595_13072018232829.pdf> Acesso em: 30 mai. 2022.

SILVEIRA, E. **O perfil do professor do século xxi: uma reflexão necessária**, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/RODRIGO/Desktop/TCC%20CAMILA/ARTIGOS/O-Perfil-do-Professor-do-S%C3%A9culo-XXI-uma-Reflex%C3%A3o-Necess%C3%A1ria.pdf> Acesso em: 30. nov. 2021.

SOUZA, D.G.; MIRANDA, J.C.; GONZAGA, G.R.; SOUZA, F.S. **Desafios da prática docente**. Revista educação pública, v.17, Rio de Janeiro, 2017.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 5ª Edição. São Paulo: Editora Vozes, 2005.

TOZETTO, S.; S. **Docência e formação continuada**, 2017. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23503_13633.pdf> Acesso em: 12 mai. 2022.

YOUNG, M. **Para que servem as escolas?** Educ. Soc., Campinas, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/GshnGtmcY9NPBfsPR5HbfjG/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 22 abr. 2022.

ZAGURY, T. **O Professor Refém: para pais e professores entenderem por que fracassa a educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

ZEICHNER, K. Competition, economic rationalization, increased surveillance, and attacks on diversity: neo-liberalism and the transformation of teacher education in the U.S. **Teaching and Teacher Education**, v. 26, n. 8, 2010.